

EPF

ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E. M.,
UNIPESSOAL, LDA.



**RELATÓRIO DE GESTÃO E
CONTAS
2022**

Relatório de Gestão – 2022

Exmos. Senhores,

No cumprimento das disposições legais e do artº 7º dos estatutos da sociedade, apresentamos a V. Exas. o presente relatório relativo à análise da atividade da entidade no decorrer do ano fiscal de 2022.

I - Balanço do ano de 2022

1. Relato genérico

A empresa municipal, entidade proprietária da escola, EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M., Unipessoal, Lda. rege-se pela Lei nº 50/2012, de 31 de agosto e pelas demais legislações aplicadas à atividade empresarial local e de participações locais.

1.1 – Projetos cofinanciados

Em termos de atividade formativa, estiveram em execução os seguintes projetos, cofinanciados a 100%, pelo Programa Operacional Potencial Humano:

- Tipologia 1.2/ Cursos Profissionais

1 projeto, abrangendo 12 turmas/ações e 214 alunos

a) Número de Horas

O volume de formação anual médio nesta tipologia, ronda as 239.566 horas de formação.

- Tipologia 2.1/ Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

1 projeto do Centro Qualifica, abrangendo mais de 800 adultos em 2022.

Relatório de Gestão – 2022

1.2 – Principais aspetos de Gestão

Como aspetos positivos,

- realça-se que no período em análise **foram atingidos os objetivos formativos previstos**, fruto da envolvimento e dinamismo de todo o corpo de colaboradores da entidade.

- **excelentes taxas de execução dos projetos**

- **excelentes taxas de conclusão dos alunos**

- **redução da taxa de desistência dos alunos**

- **aprovação da candidatura** – no âmbito dos **Programas de Mobilidade Erasmus+**, o que proporcionará a alunos, professores e restante staff experiências internacionais de aprendizagem/partilha de conhecimento muito enriquecedoras.

- **aprovação da candidatura para a criação do Centro Tecnológico Especializado na EPF**. O CTE - EPF tem uma **tipologia industrial**, indo ao encontro das necessidades da capacitação de recursos humanos da região. Foi projetado para suportar diversos cursos e está organizado por vários espaços laboratoriais modernos equipados com as mais recentes tecnologias, distribuídos nesta fase de intervenção por três edifícios, numa área de implantação inicial superior a 600 m².

Inserida num plano de investimento mais abrangente para a Escola Profissional de Felgueiras que visa a modernização das infraestruturas e equipamentos e, conseqüentemente, melhorar a sua capacidade técnica e pedagógica. O projeto de investimento foi pensado para aproveitar as sinergias entre as diversas áreas de educação/formação da oferta formativa. O CTE-EPF vem impulsionar os 32 anos de experiência acumulada na preparação sociocultural, científica e técnica de jovens e adultos, dotando-a de recursos e equipamentos tecnologicamente avançados nas áreas de formação específica, potenciando o sucesso da ponte entre a escola e o mercado de trabalho.

A proposta do projeto CTE apresentada na candidatura da EPF atingiu um nível de recetividade elevadíssimo, ultrapassando os 99% de elegibilidade e aprovação (aproximadamente 1.500.000€). Contudo, a quantificação do valor de investimento total está a ser finalizada devido ao estudo da intervenção na infraestrutura atual, sabendo-se de antemão que o sucesso conquistado com a aprovação da candidatura é parte significativa do investimento global.

Como aspetos negativos,

- **a guerra entre a Federação Russa e a Ucrânia**, resultaram daí impactos económicos que se fizeram sentir, essencialmente a subida generalizada dos preços e o cancelamento de contratos de fornecimentos de bens (por imposição dos fornecedores devido ao não acompanhamento dos preços).

- **atrasos na resposta aos pedidos de reembolso** (quanto à análise e validação da despesa executada/paga) **por parte da ANQEP – Centro Qualifica** e conseqüente atraso nos recebimentos. A EPF, a 31-12-2022, ainda aguardava a validação e pagamento de despesa de projetos de 2018/2020 e de 2021/2022, cuja despesa se encontra toda paga.



Relatório de Gestão – 2022

- **a não existência de cantina escolar na EPF** – tem sido um motivo dissuasor para os encarregados de educação inscreverem os filhos na EPF.

Acrescenta-se que este ano, em agosto de 2022, após lançamento de concurso público para o serviço de fornecimento de refeições, este ficou deserto, pelo que, de seguida procedeu-se ao início do procedimento de Ajuste Direto (de acordo com alínea a) do nº1 do artº 24º, do CCP). Contudo, a primeira entidade convidada, apesar do grande interesse manifestado, na data limite de 17- agosto - 2022, não apresentou proposta. Encetou-se novo convite a outra entidade, acabando por ser formalizada a contratação a 15-setembro de 2022 (na véspera do início do ano letivo), o que causou grande preocupação, desgaste e enormes constrangimentos.

- **a assinatura tardia do Contrato Programa**, o qual condicionou a tesouraria da EPF e limitou o investimento faseado/planeado ao longo do ano.

- elevado número de alunos com necessidades educativas especiais

No presente ano letivo, recebemos, novamente um número elevado de alunos com Necessidades Educativas Especiais, com redução de turma, ao abrigo do Dec. Lei nº 54/2018.

A Escola Profissional de Felgueiras é uma escola claramente inclusiva e que sempre se pautou por receber alunos com os mais variados perfis, de resto como preconizam os Decretos Lei nº 54/2018 e 55/2018.

Financeiramente, esta situação é um encargo acrescido, uma vez que estão alocados professores para o trabalho de apoio individualizado com estes alunos e sem qualquer aumento/compensação no financiamento/subsídios. A EPF tem uma Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva que trabalha diariamente com os alunos que se encontram sinalizados, garantindo a aplicação de todas as medidas de apoio tendo em vista o sucesso do aluno no seu percurso escolar.

- número reduzido de alunos inscritos nas turmas do 1º ano

Verifica-se, no presente ano letivo, uma ligeira descida no número de alunos em algumas turmas do 1º ano. No sentido de ultrapassar este constrangimento, aceitamos o convite da Câmara Distrital de Lembá, em S. Tomé e Príncipe, para receber alguns alunos na nossa escola. Assim, acolhemos este ano sete alunos, distribuídos pelas turmas do 1º ano.

Tal facto prende-se, primeiramente, com questões demográficas, já que há cada vez menos jovens nas idades em questão.

Por outro lado, pelo facto de existirem cursos profissionais em todas as escolas secundárias do concelho, diretamente concorrentes dos nossos cursos.

Apesar de todos os esforços encetados na divulgação/promoção dos cursos e de uma forte campanha publicitária planeada e implementada ao longo de todo o ano letivo, continuamos a verificar dificuldades na angariação de novos alunos.

Relatório de Gestão – 2022

De salientar que as escolas, em geral, são cada vez menos recetivas à nossa oferta formativa, por entenderem sermos concorrentes, dificultando, assim, a nossa entrada nos seus espaços.

No presente ano letivo, está já delineado um plano de atividades para promoção da oferta formativa nas escolas do ensino básico, onde será possível apresentar os projetos desenvolvidos pelos alunos e divulgação da escola. Também serão desenvolvidos concursos em diferentes áreas que integrarão os diferentes ciclos do ensino básico, como tentativa de atrair os alunos para os cursos da EPF.

Será também realizada a Feeltek- Mostra Tecnológica e Formativa, prevista para o segundo trimestre de 2023. O evento, realizado em parceria com o município e diversas instituições locais e regionais, pretende ser um evento determinante para a consolidação da imagem da Escola Profissional.

- A dificuldade de manutenção de reduzida taxa de desistência dos alunos.

Este indicador está dependente de fatores essencialmente externos à instituição, sendo de difícil controlo e sujeito a oscilações acentuadas de ano para ano.

Esta situação prende-se com o facto do mercado de trabalho, nomeadamente a indústria de calçado, receber de braços abertos trabalhadores jovens não qualificados, não havendo dificuldade em encontrar colocação.

Ainda assim, e perante o atrás expresso, resulta claro que a escola tem uma capacidade de atração e retenção de alunos verdadeiramente assinalável, para isso contribuindo, entre outros fatores:

- a solidez e empenho do corpo docente, nomeadamente, dos professores internos que ocupam os cargos de direção de turma e coordenação e, por esta via, conseguem manter junto dos formandos um acompanhamento de proximidade, quer em termos pedagógicos, quer em termos pessoais, que maximizam a permanência;
- a atuação do Serviço de Psicologia junto dos formandos mais vulneráveis, através de acompanhamento individual, com sessões semanais de acompanhamento e orientação, bem como intervenções junto do grupo-turma com o intuito de reforçar os níveis de compromisso e empenho;
- organização de planos de acompanhamento e adequação de objetivos para os alunos que apresentam mais dificuldades;
- ênfase na realização de atividades paralelas às de contexto sala de aula;
- investimento na aquisição de equipamentos que permitem a realização de sessões práticas, em que todos os formandos podem realizar atividades e projetos que mais se aproximam das suas aspirações.

Assim, **a taxa de desistências sempre foi muito reduzida e abaixo das médias nacionais.** Tal facto deve-se ao apoio individualizado que sempre foi proporcionado aos alunos e ao empenho de toda a comunidade educativa no sentido de contribuírem para as elevadas taxas de conclusão.

Ano letivo 2020/2021 ----- 5,4%

Ano letivo 2021/2022 ----- 2,6%



Relatório de Gestão – 2022

1.3– Outras Atividades

Foi mais um ano intenso de trabalho, em que a Escola conseguiu planear e cumprir um vasto e diversificado conjunto de atividades e projetos. A sua proatividade e espírito empreendedor – denominador comum de toda a comunidade escolar – traduziram-se em resultados encorajadores e elogiosos para a instituição formativa, de que nos permitimos destacar a participação em concursos, workshops, visitas de estudo, entre outras.

Concursos/Competições nas diferentes áreas de influência da Escola

Concurso Namorar Portugal - Concurso de Moda integrado no evento “Namorar Portugal” - Vila Verde/Braga. A Escola Profissional de Felgueiras arrecadou o prémio “do Público”.

Concurso Nacional de Ideias e Criatividade, levado a cabo pelo Município de Coruche - A EPF Venceu a 5ª edição do “Coruche Fashion Cork”.

As alunas Abigail Brochado e Diana Pinto foram as vencedoras do Concurso Nacional de Ideias e Criatividade. Apresentaram a concurso umas sapatilhas com apontamentos em cortiça, com as quais arrecadaram o 1º Prémio na categoria de Calçado, de entre vários concorrentes de renome a nível nacional.

Concurso Nacional Jovens Cientistas

A Escola Profissional de Felgueiras participou no 30º Concurso Nacional de Jovens Cientistas com o projeto: **Sistema de monitorização aplicado à produção frutícola de kiwi**. Os alunos responsáveis pelo projeto, Carlos Silva, Jorge Teixeira e Ricardo Mendes do Curso de Eletrónica e Automação, arrecadaram o **Prémio da Universidade do Porto**, que se traduziu na participação na Universidade Júnior durante uma semana.

European Robocup 2022

A Escola Profissional de Felgueiras participou mais uma vez na **European Robocup 2022**, que teve lugar no pavilhão Multiusos de Guimarães, com 5 equipas do Curso de Eletrónica, Automação e computadores, num total de 19 alunos. Os alunos Cristóvão Veloso, Guilherme Cunha e Diogo Rodrigo Melo arrecadaram o 1º lugar do Roboparty Fun Challenge.

XXIII Campeonato dos Jogos da Matemática

As alunas Lara Dias, Marta Martins, Ana Sousa, Diana Gonçalves, Francisca Ferreira e Joana Teixeira, do 2º ano do Curso de Gestão, conquistaram o 3º lugar no XXIII Campeonato dos Jogos de Matemática, com os mesmos do 1º e 2º lugares, com um desempate pelo tempo. A final nacional teve lugar no Instituto Nun'Álvares em Santo Tirso.

Relatório de Gestão – 2022

- Olimpíadas Nacionais de Informática (Concurso Nacional de Programação) - FCUP – Porto
- Participação no projeto Pense Indústria i4.0 (Concurso “ISTO É UMA IDEIA”)

Sessões formativas com participação de entidades parceiras

- Sessões de Prática Simulada – Área de Contabilidade, Fiscalidade, Gestão Comercial, Marketing
Direito do Trabalho, Direito Comercial
- Sessão Formativa na Quinta da Lixa e Monverde
- Formação Robótica Colaborativa – Universal Robots ou OMRON
- Formação de Nível 1 – Universal Robots

Atividades de carácter transversal

- Torneio de futsal
- Five O'clock Tea
- Jantar e sessão de entrega de diplomas aos alunos finalistas

Outras Atividades

- Teatro "Farsa Inês Pereira"
- Safari Fotográfico da Cidade do Porto
- Conferência Digital - "*All Together on the WEB - A internet para todos*", DecoJovem
- Workshop Configuração e Manuseamento de Drones
- *Consumer Talk*: Consumo e os Direitos do Consumidor – DECOJovem
- Visita ao Centro de Computação Gráfica de Guimarães e Safari Fotográfico na Cidade de Guimarães
- Participação e organização do 60+ Hora do Planeta 2022
- Visitas ao Centro Tecnológico do Calçado - S. João da Madeira
- Jornadas Técnicas
- *Consumer Talk*: Sustentabilidade - *Consumers Go Green*, torna-te sustentável
- IESF *Open Day* - Um dia no Ensino Superior de Fafe
- Visita ao WOW - Vista aos Museus: Moda, Têxteis e Calçado e Planeta Cork
- Visita à Barragem do Torrão
- Visita à empresa ARMIPEX
- *Consumer Talk* - Gestos simples para um consumo sustentável
- Robótica Colaborativa
- *TechLab* – Clube de Programação e Robótica



Relatório de Gestão – 2022

1.3– Pessoal

O corpo geral de colaboradores manteve-se estável, registando um total de 31 colaboradores internos e cerca de 22 colaboradores externos (formadores).

1.4– Investimentos (inclui valores capitalizados)

Os investimentos efetuados ao longo deste ano prosseguiram a política de dotar a Escola de recursos, físicos e pedagógicos adequados à prossecução do objetivo de proporcionar formação de qualidade aos jovens que frequentam a EPF, tendo sempre presente a necessária adequação aos recursos financeiros disponíveis.

Os investimentos efetuados neste período, incidiram fundamentalmente em equipamento básico (valores capitalizáveis – ativos fixos tangíveis) de suporte direto à atividade formativa (principalmente a remodelação das Oficinas de Calçado, conclusão do apetrechamento do laboratório informático-BL4 e a substituição de equipamentos dos serviços administrativos, que se encontravam em más condições de utilização.

- Valor previsto (ativos fixos tangíveis) ---- 27.982,20€

- Valor realizado (ativos fixos tangíveis) ---- 28 209,80€

2 - Evolução da Atividade Formativa

Em termos globais, apesar de todos os constrangimentos, a atividade formativa da instituição desenvolveu-se equilibradamente:

➤ **Cursos Profissionais (Tipologia 1.2 do POCH):**

Turmas e Cursos

Manteve-se no ano letivo em curso, o número de turmas em funcionamento que é de 12, distribuídas por 4 cursos:

Técnico de Gestão – **3 turmas**

Técnico de Desenho de Calçado e Marroquinaria – **2,5 turmas**

Técnico de Multimédia – **3 turmas**

Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores – **3,5 turmas**

➤ **Centro Qualifica (Tipologia 3.1 do POCH):**

Relativamente à atividade do Centro Qualifica, há a referir que presta serviços à comunidade que consistem na informação, orientação e encaminhamento para uma formação escolar, profissional ou de dupla certificação para uma integração qualificada no mercado de trabalho.



Relatório de Gestão – 2022

O Centro Qualifica também é responsável por desenvolver Processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) de âmbito profissional ou escolar, tendo como objetivo potenciar a melhoria das qualificações da população adulta desta área geográfica.

O financiamento deste projeto iniciou-se a 01-01-2021 e terminou a 31 de dezembro de 2022.

Quadro 1 – À data de 31 de dezembro de 2022/fecho do projeto, alcançaram-se as seguintes metas físicas (em nº de adultos):

Objetivos/Execução	Metas janº a dez.- 2022	Nível Básico	Nível Secundário	Profissional	Total	Taxa de Execução
Inscritos	300	198	282	378	858	286%
Encaminhados	270	200	270	376	846	313%
Encaminhados para outras ofertas	108	153	177	365	695	644%
Encaminhados para processo RVCC	162	47	93	11	151	93%
Adultos não desistentes no processo RVCC	146	39	110	41	190	130%

A estrutura do Centro Qualifica continua a trabalhar aproveitando sinergias com instituições locais e regionais, fazendo da itinerância um fator preponderante da sua atratividade, e levando oportunidades de qualificação mais próximo de eventuais interessados, de maneira a elevar os níveis de execução.

A concretização dos objetivos/metasp funciona numa ótica anual, e no período de janeiro a dezembro de 2022, tal como no ano anterior, apresenta-se uma execução superior ao previsto.

Acrescentamos que em termos de execução final do projeto, superou largamente as metas, à exceção dos encaminhados para RVCC¹ – * 90%.

Objetivos/Execução	Resultados a contratualizar	Total 2021	Total 2022	Total 2021/2022	Taxa de execução
	01/01/2021 a 31/12/2022				
Inscritos	600	426	858	1284	214%
Encaminhados	540	445	846	1291	239%
Encaminhados para outras ofertas	216	303	695	998	462%
Encaminhados para processo RVCC	324	142	151	293	90%
Adultos não desistentes no processo RVCC	292	188	236	424	145%

Houve uma taxa elevada de execução relativamente aos inscritos e encaminhados para outras ofertas, resultado das parecerias realizadas com as entidades formadoras, nomeadamente com a

¹ Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências



Relatório de Gestão – 2022

Maisaber, Poliforma, Consultâmega, GTI, Arts & Skils, Cesform, Gesmind, Talentus, entre outras entidades.

Em contrapartida, os encaminhados para o processo RVCC ficaram nos 90%, pois esta é uma meta mais difícil de alcançar, visto que os adultos possuem lacunas em termos de competências e pouca ambição de progredir em termos pessoais e profissionais. Estamos inseridos num mercado onde a taxa de empregabilidade se mantém elevada, o que leva à acomodação dos adultos. No entanto, com o incentivo financeiro e o contacto mais próximo com o tecido empresarial do concelho, temos conseguido realizar alguns encaminhamentos para o processo RVCC, porém ainda não o suficiente para atingir plenamente a meta. Depositamos, no entanto, alguma esperança no incentivo financeiro atribuído pelo Acelerador Qualifica, de forma a mobilizar os adultos para a realização dos processos RVCC, e sua conclusão, pois só assim o incentivo é atribuído ao adulto.

Nota adicional

Cumprimento objetivos previstos no anexo I do Contrato programa 2022

De acordo com o número um, da cláusula quinta do Contrato Programa – Eficácia e Eficiência, considera-se neste exercício, a atividade muito eficaz e muito eficiente, atendendo a que foram superados todos os objetivos previstos no anexo I e simultaneamente verificou-se a redução do montante da comparticipação financeira prevista na cláusula quarta do contrato (a devolver ao Município 1.949,33€ (mil novecentos e quarenta e nove euro e trinta e três cêntimos).

A) Cursos Profissionais

Descrição/Meta (ano letivo)	Objetivo	Execução
Jovens apoiados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3	230	228
Alunos transitados para o ano de escolaridade seguinte nos cursos profissionais	155	154
Diplomados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3	85%	95%
Empregabilidade ou prosseguimento de estudos nos 5 meses seguintes à conclusão dos cursos	70%	72%

B) Centro Qualifica

Descrição/Meta (ano civil)	Objetivo	Execução
Jovens e adultos inscritos	400	858
Jovens e adultos orientados e encaminhados, relativamente aos inscritos	63%	98%
Adultos não desistentes no processo RVCC	80%	130%



3 – Breve Enquadramento Económico-Financeiro

3.1 - Reembolsos

Tendo em conta a origem da oferta formativa ministrada no exercício, manteve-se o contexto de exclusiva dependência de receitas oriundas dos Fundos Comunitários (FSE/POCH) e da Receita Pública Nacional (Entidade Proprietária).

Assim, em termos de situação parcial aferida ao final de 2022, da formação cofinanciada, a situação de ressarcimento/reembolso era a seguinte:

Quadro 1 – Ponto de situação de reembolsos por receber

Projetos - Candidatura/Montante Aprovados		Valores a Receber
POCH 1.6 – C. Profissionais – 2022/2023 - Proj. nº 668	1.417.336,45 €	1.173.041,06 €
POCH 1.6 – C. Profissionais - 2021/2022 - Proj. nº 119	1.334.764,97 €	-1.706,07 €
Centro Qualifica 2018/2020 – Projeto nº 726	215.424,00 €	64.633,25 €
Centro Qualifica 2021/2022 – Projeto nº 1314	191.487,99	68.342,93 €
SITUAÇÃO FINAL	3.159.013,41 €	1.304.311,17 €

3.2 – Análise de Gastos e Rendimentos

Relativamente à matriz de custos do período, mantém-se a filosofia de um controlo assertivo dos gastos, visando um constante e consistente equilíbrio financeiro que permita o funcionamento adequado da entidade no respeito pelos recursos financeiros que tem à sua disposição, postura que o histórico da entidade confirma e comprova.

Na constituição da estrutura de custos continua a confirmar-se um forte peso da conta “Fornecimentos e Serviços Externos”, cujo total foi:

Em 2022: 457.891,03€

Em 2021: 483.047,92€

Quadro 2 - Mapa de Análise Comparativa de Rubricas/ Custos mais relevantes

Contas	Exercícios		Variação %
	2022	2021	
Alimentação – Formandos	136.319,07€	165.113,55€	-17%
Transporte – Formandos	103.776,48€	81.025,77€	28%
Honorários	101.800,00€	98.667,93€	3%
Trabalhos Especializados	26.736,73€	29.651,45€	-10%
Materiais Pedagógicos para os diferentes cursos	12.203,76€	21.698,32€	-44%



Relatório de Gestão – 2022

Da análise do quadro anterior, ressaltam algumas variações significativas, tais como, o aumento das despesas com transporte de alunos, visto que se trata de uma região de povoamento disperso e com uma deficiente e reduzida rede de transportes públicos. Registam-se alguns alunos cujo itinerário de deslocação escola-residência implica a disponibilização de 2 passes, por não haver transportes diretos para esses itinerários e, um número significativo de alunos em que a sua área de residência/freguesia não é coberta por uma rede de transportes públicos com horário compatível com o da formação, o que acarreta valores ainda mais elevados de custos com transportes. Situação esta que se vem a agravar continuamente, e se preveem graves e inúmeros constrangimentos com o transporte dos nossos alunos a muito curto prazo.

A rubrica materiais pedagógicos reduziu, a qual se deve essencialmente ao facto de no ano anterior (2021) se ter registado um acréscimo de gastos devido a:

- terem sido lecionados mais módulos de cariz prático que o normal, em virtude da pandemia;
- investimento significativo em equipamento básico de suporte direto à atividade formativa, justificado pela entrada em funcionamento de turma e meia do 1º ano do curso de EAC, estava prevista só uma turma,
- criação do TechLab.

Também contribuiu para o decréscimo de gastos, a reutilização de materiais e componentes, e por outro lado a contenção de gastos reflexo da incerteza da assinatura ou não do Contrato Programa, o que provocou dificuldades de tesouraria e conseqüente limitação do poder de compra e de investimento.

Também muito relevante, dado o peso significativo na atual estrutura de custos, os **Gastos com Pessoal**, cujo total ascendeu a:

em 2022: 790.091,14€ em 2021: 796.235,54€

Esta variação é irrelevante em termos absolutos, contudo a EPF assumiu efetivamente um acréscimo de gastos com o pessoal, conseqüência da atualização salarial resultante da progressão na carreira. A mitigação deste valor resultou do gozo de duas licenças de maternidade e baixas médicas neste ano.

3.3 – Análise das Rubricas do Balanço

Meios Financeiros Líquidos – a EPF apresenta um saldo bancário e caixa no valor de 117.549,81€. A referir um aumento do Património Líquido comparativamente com o exercício anterior, no valor de 224.081,63€, conseqüência da cobertura de prejuízos do exercício anterior (por parte da entidade proprietária - pela não participação pública nacional de 2021) e do resultado líquido do período.

Relatório de Gestão – 2022

O passivo foi marcado por uma diminuição face ao ano anterior, em larga medida pela redução/anulação dos financiamentos obtidos justificado pelo recebimento, em dezembro de 2022, da comparticipação pública nacional por parte da entidade proprietária - Contrato Programa de 2022, o que permitiu o equilíbrio de tesouraria.

As contas a pagar a Fornecedores e Estado e Outros Entes Públicos totalizam um saldo de 74.038,46€, registando-se um decréscimo relativamente a 2021, cujo valor ascendeu a 101.932,37€.

3.4 – Execução do Orçamento de Exploração

A situação da guerra na Ucrânia, afetou de forma direta e significativa os gastos, e consequentemente os réditos no que diz respeito aos gastos com formandos - rubrica 1 – cujo valor do subsídio é com base nos custos reais.

A execução dos rendimentos e gastos apresentados contemplam os orçamentos previsionais e as contas de exploração, ou seja, os rendimentos e gastos reconhecidos contabilisticamente **de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.**

Para o ano de 2022, a execução de rendimento foi assegurada pela cobertura financeira dos anos letivos 2021/2022 e 2022/2023, materializada pela aprovação das candidaturas financeiras que foram realizadas ao POCH/FSE nas diversas tipologias 1.6 – Cursos Profissionais de nível IV e Tipologia 3.1 - Centro Qualifica.

Quadro 3 - Execução dos Rendimentos

Descrição	Orçamento de Exploração 2022	Resultado Exploração 2022	Taxa de Execução	Desvios Anuais	
				em valor	em %
Total de Rendimentos	1.350.097,33€	1.359.175,75€	100,67%	9.078,42€	0,67%
Subsídios à Exploração	1.340.121,33€	1.348.013,74€	100,06%	7.892,41€	0,6%
POCH – Cursos Profissionais	1.253.951,73€	1.236.345,94€	99%	17.605,79€	1%
POCH - Centro Qualifica	86.169,60€	111.667,80€	130%	25.498,20€	30%
Outros Rendim. e Ganhos	9.976,00€	11.162,01€	112%	1.186,01€	12%
Outros Rendimentos e Ganhos	9.976,00€	11.162,01€	112%	1.186,01€	12%



Relatório de Gestão – 2022

A taxa de execução física dos projetos e a aprovação da despesa apresentada à data foram excelentes.

Como se pode verificar, da rubrica de Subsídios à Exploração a sua maior execução diz respeito ao Centro Qualifica na sequência do reconhecimento no exercício, do rédito relativo a despesa de 2020 ora aceite, e considerada elegível pelo POCH em fevereiro/2023.

Quadro 4 - Execução dos Gastos

Descrição	Orçamento de Exploração 2022	Resultado de Exploração 2022	Taxa de Execução	Desvios anuais	
				em valor	em %
Total de Gastos	1.347.025,10€	1.306.116,79 €	97%	40.908,31 €	3%
CMVMC	2.356,00€	4.379,40 €	189%	2.023,40 €	86%
Fornecimento e Serviços Externos	477.198,82€	457.891,03 €	96%	-19.307,79 €	-4%
Gastos com Pessoal	801.087,88€	790.091,14 €	99%	-10.996,74 €	-1%
Gastos de Depreciação e Amortização	55.964,40€	49.612,67 €	89 %	-6.351,73 €	-11%
Outros Gastos e Perdas	7.234,00€	2.887,38 €	40%	-4.346,62 €	-60%
Gastos e Perdas Financiamento	3.184,00	1.255,17€	39%	-1.928,83 €	-61%

O desvio da rubrica Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas deve-se à retoma do funcionamento normal do bar da EPF.

O desvio da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, deve-se essencialmente ao decréscimo de gastos diretos com alunos – financiados a custos reais, ou seja, deslocações, alimentação e bolsas de material e estudo, pelo que, se variam diretamente em função do número de alunos, e existiu uma redução destes, conseqüentemente verificou-se uma variação negativa nos gastos.

Os gastos com o pessoal registaram um desvio/decréscimo, justificado pelo gozo de licenças de maternidade por parte de duas colaboradoras e de baixas médicas.

As depreciações e amortizações sofreram um desvio negativo, pelo facto de muitos bens se encontrarem no final de vida útil.

Relatório de Gestão – 2022

O desvio negativo de Outros Gastos e Perdas deve-se essencialmente à diminuição dos gastos com trabalhadores independentes – Segurança Social – Entidade Contratante, visto que a situação do principal prestador se alterou.

Os Encargos Financeiros suportados ficaram aquém do previsto, devido à utilização da conta corrente caucionada, que apesar de utilizada muitas vezes, foi por períodos inferiores ao ano anterior.

II – Contabilidade de Gestão

Informação a divulgar de acordo com a NCP 27 – Contabilidade de Gestão

De acordo com a Norma de Contabilidade Pública n.º 27 – Contabilidade de Gestão, existe um conjunto de informação adveniente da Contabilidade de Gestão que deve ser divulgada no Relatório de Gestão. A Norma Internacional de Contabilidade Pública IPSAS 33, aplicável subsidiariamente à EPF por força do artigo 13.º do Decreto-Lei 192/2015, de 11 de setembro previa um período de implementação deste normativo SNC-AP por um período alargado de 3 anos para situações mais complexas, entre as quais se destaca a Contabilidade de Gestão. A EPF concluiu a implementação do conjunto de processos associados a este sistema contabilístico, tendo à data deste relatório terminado essa mesma implementação por forma a apresentar informação fiável prevista no parágrafo 34 da NCP 27.

1 – Contabilidade de Gestão

1.1 - Enquadramento e Modelo Concetual Adotado

A contabilidade de gestão ou de custos surge para tentar colmatar as limitações da informação produzida pela contabilidade financeira e pela contabilidade orçamental.

Em suma, a contabilidade de gestão e de custos tem um âmbito específico, informal, detalhado, interno e estratégico que a distingue da contabilidade financeira e orçamental. Deste modo, a contabilidade de custos e de gestão visa informar sobre os recursos utilizados, se esses recursos são usados de forma eficiente e eficaz, bem como se os resultados esperados foram ou não alcançados.

Conforme referido anteriormente, o Decreto-Lei 192/2015, que aprovou o SNC-AP, tornou-se de aplicação obrigatória a partir de janeiro de 2018, à exceção das autarquias locais que se encontram obrigadas à sua aplicação desde janeiro de 2020.

Nas mudanças introduzidas pelo SNC-AP ao nível da contabilidade de custos é a NCP 27 - define apenas as linhas gerais e orientadoras da contabilidade de custos e gestão, proporcionando

Relatório de Gestão – 2022

orientações para que cada entidade possa desenvolver o seu próprio modelo adequado à sua realidade

Apesar desta recente obrigatoriedade, a EPF sempre utilizou este sistema de custeio como instrumento “obrigatório”, primordial e indispensável para uma boa e correta gestão da sua atividade e recursos, pelo que o implementou e usa, há cerca de 30 anos.

É um subsistema de Contabilidade de Gestão, contabilidade analítica/custos, que permite a obtenção de informação sustentada na performance económica da EPF. Possibilita a aferição dos Custos Diretos e Indiretos, por Cursos, Turma e por Aluno. Permite a análise comparativa dos rendimentos e gastos, distribuição segundo as chaves de imputação/regras do POCH/Turmas, entre outros.

1.2 Subsetor da Educação

Tendo a NCP 27 recomendado o uso do Custeio baseado nas Atividades - ABC, e o registo das transações num conjunto de contas definidas no Manual de Implementação do SNC-AP – versão 2, na classe 9.

O desenvolvimento do sistema ABC tem de atender à realidade e especificidade de cada entidade.

No caso da Educação, § 35 da NCP 27 refere que devem ser fornecidos mapa pelo sistema de contabilidade de custos:

- Por cada curso, indicando os custos diretos e indiretos, os custos por estudante, as receitas imputadas, quando aplicável, e por resultados económicos;
- Por cada centro de investigação, indicando o custo por projeto e respetivos rendimentos;
- Por cada serviço prestado à comunidade, incluindo custos diretos e indiretos, ...
- Por cada atividade/serviço de apoio aos estudantes, incluindo o custo por cada refeição, custo por aluno/cama,

1.2.1 – EPF - Formação Profissional/Jovens e Formação de Adultos

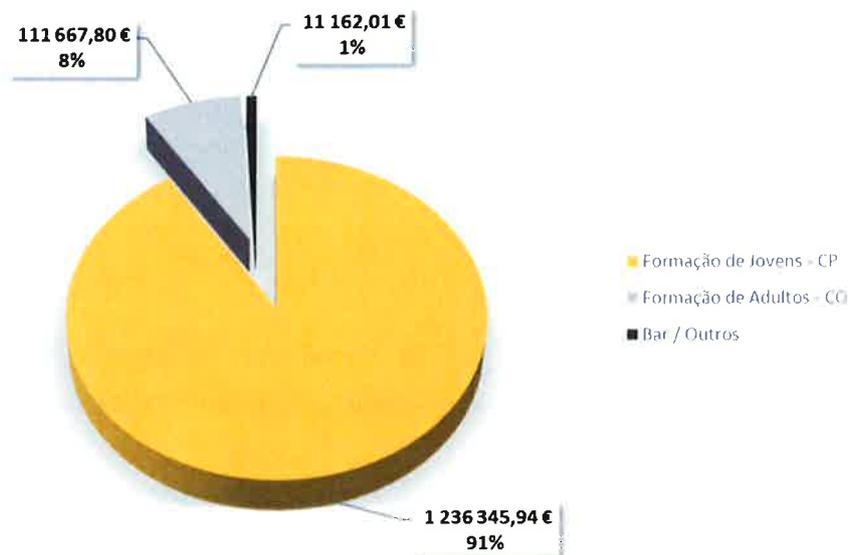
O controlo dos gastos e/ou rendimentos dos centros de custos (Contas da Analítica) é efetuado através da aplicação informática – “Primavera BSS”, com a Classe 9 destinada ao subsistema de Contabilidade de Gestão que nos permite aferir Custos Totais, Custos Diretos e Custos Indiretos por projeto, curso, turma e gasto/aluno (“custo médio/rendimento médio”).

A classe 9 – funciona como espelho das contas registadas na contabilidade financeira da classe 6 (gastos) e da classe 7 (rendimentos).



2. Apresentação dos Resultados

2.1- Estrutura de Rendimentos 2022



3. Receitas, Estrutura de Custos

Exclusiva dependência de receitas oriundas dos *Subsídios* - Fundos Comunitários (FSE/POCH) e da Receita Pública Nacional (Entidade Proprietária).

3.1 - Cursos Profissionais conferentes do nível 4 de QNQ

Forma de apoio:

O apoio concedido reveste a natureza de subvenção não reembolsável, através das modalidades de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos e da tabela normalizada de custos unitários, nos termos previstos, respetivamente, nas alíneas a) e c) do nº 2 do artº 7º do D.L. nº159/2014, consoante a tipologia de beneficiários, e nos termos descritos nos subpontos seguintes:

3.1.1 - Modalidade de tabela normalizada de custos unitários turma (custos simplificados) - segundo a tabela de custos concedidos por turma e por curso, e de acordo com as regras de elegibilidade (nº mínimo de alunos por turma - com correção financeira/redução do financiamento, se inferior, se ocorrerem desistências, transferência de alunos, excesso de faltas, ...) Esta modalidade de custos unitários é a rubrica 9 - **Custos Operacionais de Funcionamento** dos cursos apoiados.

Relatório de Gestão – 2022

3.1.2 – Custos Reais - Modalidade de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos, de acordo com as regras, valores e limites legais estabelecidos na portaria nº 60-A/2015, de 2 de março, na redação que lhe foi dada pela Portaria 122/2016. São elegíveis na Rubrica 1 – Encargos com formandos → Bolsas de Profissionalização, Bolsas para Material de Estudo, Encargos com Transporte, Encargos com alimentação, Alojamento, ...

3.2 - Formação de Adultos – Centro Qualifica

Forma de apoio:

O apoio concedido reveste a natureza de subvenção não reembolsável, através da modalidade de taxa fixa, conforme previsto no nº 1 do artº 32º do RECH e tal como resulta da Deliberação nº1/202, da CIC Portugal 2020.

O cálculo do custo total é efetuado com base em *resultados contratualizados e assenta nos seguintes fatores:

3.2.1 – Custos diretos com recursos humanos, com base em custos reais evidenciados em documentos de suporte, nomeadamente recibos de vencimento ou outros documentos contabilisticamente válidos.

3.2.2 – Custos indiretos com a operação, resultante da aplicação de uma taxa fixa de 15% sobre os custos diretos elegíveis, nos termos referidos no número anterior.

*Apenas são elegíveis as operações dos Centros Qualifica que se comprometam a inscrever 400 ou mais candidatos por cada período de 12 meses, a contar da data de início da operação.

3.3 - Bar Escolar

3.4 - Outros (valores irrelevantes) – prémios, donativos, cedência a título oneroso de salas para formação.

4 – Análise comparativa dos custos e rendimentos

Os Custos Indiretos são distribuídos de acordo com as regras de financiamento do POCH (Projetos, Cursos e Turmas), ou seja, as chaves de imputação foram construídas, tendo em consideração os 2 Centros de Custos em execução no período, relativos aos Projetos, atualmente em curso:

- 1 Projeto na Tipologia 1.6 – 12 ações de Cursos Profissionais
- 1 Projeto na Tipologia 3.1 - 1 ação de Centro Qualifica

As taxas de imputação foram encontradas com base no número médio de Horas de Ocupação Formativa Semanal (HOS), por ação.

Relatório de Gestão – 2022

No que se refere aos custos, concretamente ao sistema de custeio adotado, foi o sistema de custeio total, onde são imputados todos os gastos e rendimentos à atividade/análítica.

Os quadros seguintes apresentam:

- os custos diretos e indiretos de cada serviço e operação/projeto;
- os rendimentos diretamente associados a cada serviço e atividade/projeto.

Quadro 1 – Custos 2022 – Atividade/Projeto/Curso

Montantes expressos em euros

CUSTOS POR PROJETO / ATIVIDADE						
GASTOS	CURSOS PROFISSIONAIS - POCH 119				CENTRO QUALIFICA	BAR / OUTROS
	GST	DCM	EAC	MLT		
CUSTOS DIRETOS						
11-Bolsa Estudo						
12-Bolsa Profissionalização	1 757,97	1 817,66	2 095,20	987,34		
15-Enc. Alimentação	21 426,84	18 908,28	31 381,83	18 374,04		
16-Enc. Transporte	15 482,07	13 356,98	23 291,68	10 921,52		
18-Enc. Outros Encargos	145,87	122,00	217,48	119,35		
CUSTOS INDIRETOS						
211-Formadores Internos	65 045,17	54 401,42	96 976,44	53 218,78		
213-Formadores Externos	11 102,29	9 285,55	16 552,51	9 083,69		
3-Pessoal n/Docente	42 325,46	35 399,47	63 103,41	34 629,92		
4-Amortizações	7 778,67	6 505,80	11 597,30	6 364,37		
5-Encargos Diretos	229,19	3 457,92	4 164,44	77,31		
6-Encargos Gerais	12 743,80	10 658,45	18 999,84	10 426,74		
SUB-TOTAL	178 037,33	153 913,53	268 380,12	144 203,06		
CURSOS PROFISSIONAIS - POCH 668						
CUSTOS DIRETOS						
11-Bolsa Estudo	1 789,75	1 753,00	3 876,75	2 930,75		
12-Bolsa Profissionalização	765,00	537,96	1 440,00	760,92		
15-Enc. Alimentação	9 158,40	7 989,75	18 035,37	10 966,23		
16-Enc. Transporte	8 323,53	8 792,64	16 230,66	7 179,83		
18-Enc. Outros Encargos	53,63	43,14	96,77	53,63		
CUSTOS INDIRETOS						
211-Formadores Internos	31 673,91	25 476,84	57 150,75	31 673,91		
213-Formadores Externos	5 826,12	4 686,23	10 512,35	5 826,12		
3-Pessoal n/Docente	20 750,09	16 690,29	37 440,38	20 750,09		
4-Amortizações	3 544,53	2 851,04	6 395,57	3 544,53		
5-Encargos Diretos	248,20	1 806,01	1 745,37	-		
6-Encargos Gerais	14 660,80	11 792,39	26 453,19	14 660,80		
SUB-TOTAL	96 793,97	82 419,28	179 377,15	98 346,82		
CENTRO QUALIFICA - PROJETO 1314						
CUSTOS DIRETOS						
1-Outros Encargos					79 006,53	
CUSTOS INDIRETOS						
2-Encargos Gerais					19 783,64	
SUB-TOTAL					98 790,17	
BAR / OUTROS						
CUSTOS DIRETOS / INDIRETOS						
Total Encargos						5 855,37
SUB-TOTAL						5 855,37
TOTAL (Cursos Profissionais/Centro Qualifica/Bar/Outros)	274 831,30	236 332,81	447 757,27	242 549,88	98 790,17	5 855,37

Fonte: Elaboração própria, com base no Balancete Analítico do Plano Analítico do ano de 2022 - SNC-AP

Nota adicional: Tal como referido anteriormente a EPF ministra os seguintes cursos/formação:

Relatório de Gestão – 2022

GST - Técnico de Gestão – 3 turmas

DCM - Técnico de Desenho de Calçado e Marroquinaria – 2,5 turmas

MLT - Técnico de Multimédia – 3 turmas

EAC - Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores – 3,5 turmas

CQ - Centro Qualifica

Quadro 2 – Rendimentos 2022 – Atividade/Projeto/Curso

Montantes expressos em euros

RECEITAS						
OPERAÇÃO / PROJETO	CURSOS PROFISSIONAIS				CENTRO QUALIFICA	BAR / OUTROS
	GST	DCM	EAC	MLT		
CURSOS PROFISSIONAIS - POCH 119	168 904,80	141 265,84	251 821,71	138 194,84		
CONTRATO PROGRAMA	29 806,73	24 929,26	44 439,12	24 387,32		
CURSOS PROFISSIONAIS - POCH 668	76 096,77	61 208,27	137 305,04	76 096,77		
CONTRATO PROGRAMA	13 428,84	10 801,46	24 230,30	13 428,84		
CENTRO QUALIFICA - POCH 1314					77 162,90	
CONTRATO PROGRAMA					13 616,98	
CENTRO QUALIFICA - POCH 282					4 191,27	
CENTRO QUALIFICA - POCH 726					16 696,65	
OUTROS		1 100,00				11 162,01
SUB-TOTAL	288 237,15	238 204,83	457 796,18	252 107,78	111 667,80	11 162,01
TOTAL SUBSÍDIOS					1 348 013,74	
OUTRAS RECEITAS						11 162,01

Nota: Projeto 282 (período jan.- 2017 a dez.-2018) e Projeto 726 (período: out.-2018 a dez.-2020)

Quadro 3 – Resultados 2022 – Atividade/Projeto/Curso

OPERAÇÃO / PROJETO	RENDIMENTO / GASTOS TOTAIS			RENDIMENTO / GASTOS MÉDIOS P/ TURMA		
	RENDIMENTOS	GASTOS	RESULTADO BRUTO	Nº TURMAS P/ CURSO	RENDIMENTO MÉDIO	GASTO MÉDIO
CURSOS PROFISSIONAIS						
GST - Técnico de Gestão	288 237,15	274 831,30	13 405,85	3,00	96 079,05	91 610,43
DCM - Técnico de Desenho de Calçado e Marroquinaria	238 204,83	236 332,81	1 872,03	2,50	95 281,93	94 533,12
EAC - Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores	457 796,18	447 757,27	10 038,91	3,50	130 798,91	127 930,65
MLT - Técnico de Multimédia	252 107,78	242 549,88	9 557,90	3,00	84 035,93	80 849,96
SUB-TOTAL	1 236 345,94	1 201 471,25	34 874,69			
FORMAÇÃO ADULTOS						
CQ - Centro Qualifica	111 667,80	98 790,17	12 877,63			
SUB-TOTAL	111 667,80	98 790,17	12 877,63			
BAR / OUTROS						
Bar / Outros	11 162,01	5 855,37	5 306,64			
SUB-TOTAL	11 162,01	5 855,37	5 306,64			
TOTAL	1 359 175,75	1 306 116,79	53 058,96			

Relatório de Gestão – 2022

Da comparação destes mapas, confirma-se o resultado/total, que é também o verificado no balancete da contabilidade financeira, bem como da demonstração de resultados por natureza para o mesmo período de relato, tal como o resultado antes de imposto (RAI).

III – Perspetivas de Evolução

Apesar de todas as incertezas e constrangimentos atuais, não se põe em causa a continuidade da Escola, nem o seu bom desempenho, pelo contrário, espera-se uma maior projeção da escola num mundo cada vez mais global.

A oferta formativa da entidade manter-se-á dentro das mesmas tipologias formativas do passado.

- 12 ou 13 ações de cursos profissionais;
- Manutenção do Centro Qualifica.

A EPF continua a encetar todos os esforços no sentido de adequar e alargar a sua oferta formativa, pelo que efetuou o pedido de autorização de funcionamento para um novo curso profissional.

2023 – ano de criação do Centro Tecnológico Especializado da Escola Profissional de Felgueiras que pretende ser uma referência na rede de formação para a indústria. O projeto CTE-EPF foi pensado e projetado para oferecer uma formação progressiva, sólida e adequada aos desafios do futuro.

Estruturalmente, a organização do CTE permitirá um processo de aprendizagem expansível, multifacetado e adaptado às necessidades do mercado de trabalho. Condições fundamentais para formar e demonstrar sucessivamente todas as etapas necessárias que replicam processos laborais desde o projeto até à produção real ou semi-industrial. Esperamos proporcionar aos técnicos especialistas do futuro, forte progressão no conhecimento através da aquisição e expansão de competências, familiarização com as tecnologias e aplicações da produção digital.

Dá-se conhecimento que 2023 é ano de renovação do Selo EQAVET e, simultaneamente, de revisão do Projeto Educativo da EPF. A revisão/atualização do Projeto Educativo da escola justifica-se também pela necessidade de este documento integrar a nova realidade da escola, face à aprovação da criação do Centro Tecnológico Especializado, bem como pela necessidade de introduzir algumas mudanças na estrutura organizacional da EPF.

No âmbito da Agenda 2023, será alargada a rede de parcerias da EPF, não só com empresas da região e nacionais, como com outras entidades nacionais e internacionais. A título de exemplo, a Microsoft, Intel, Agência Nacional Erasmus+, entre outras. A melhoria das competências linguísticas e digitais dos alunos e a possibilidade de realizar estágios no estrangeiro são alguns dos objetivos a atingir com o alargamento da rede de parcerias.

Concomitantemente, o estreitamento de relações com as empresas será possível através do Centro Tecnológico Especializado, através do desenvolvimento de projetos conjuntos.



Relatório de Gestão – 2022

Pretende-se a criação do Gabinete de Comunicação de Imagem que pretende colmatar as lacunas ao nível da Comunicação e Marketing da escola, estando prevista uma reestruturação da imagem institucional da escola.

Por sua vez será também criado o Departamento de Relações Internacionais, que permitirá posicionar a escola internacionalmente e reforçar as relações institucionais com os parceiros da EPF.

Também será criado o Gabinete de Intervenção Psicoeducativa, de que fará parte o Serviço de Orientação e Psicologia e a Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva, tendo em vista o apoio e acompanhamento dos alunos que manifestam dificuldades de aprendizagem, de integração ou patologias do foro psicológico.

Prevê-se um forte investimento na formação dos docentes, em áreas especializadas, para que possam dar resposta às necessidades formativas de forma atualizada e sustentada.

IV – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após 31 dezembro de 2022 e até à presente data não foi registada a ocorrência de factos que possam afetar direta ou indiretamente as condições de equilíbrio económico e financeiro da EPF, ou que afetem de forma materialmente relevante as demonstrações financeiras e os resultados apresentados.

Dá-se conhecimento que foi registado como rendimento/subsídio o valor de 16.696,65€, recebido em fevereiro de 2023, relativo ao Proj.726 – C. Qualifica (financiamento de despesa de 2021). Não foi registado em 2021, visto existirem dúvidas quanto ao seu recebimento, as quais se dissiparam ainda em 2022.

V – OBJETIVOS E POLÍTICAS DA EPF EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

- **Risco Financeiro**

A EPF, à semelhança de todas as outras escolas profissionais, está exposta a uma variedade de riscos financeiros, merecendo especial enfoque, os riscos de taxa de juro, de liquidez e de crédito.

Este conjunto de riscos financeiros resulta do desenrolar da sua atividade e induzem incertezas quanto à sua capacidade de geração de fluxos de caixa e de retornos, nomeadamente dos seus capitais próprios.

Relatório de Gestão – 2022

A política de gestão dos riscos financeiros procura minimizar impactos e efeitos adversos decorrentes da incerteza característica dos mercados e das políticas. Esta incerteza, que se reflete em diversas vertentes, exige especial atenção, medidas concretas e efetivas de gestão do seu risco financeiro.

Os diversos tipos de risco financeiro estão inter-relacionados e as diversas medidas de gestão, ainda que específicas a cada um deles, encontram-se em larga medida ligadas, e essa interligação contribui para a prossecução do mesmo objetivo comum, isto é, a diminuição da volatilidade dos fluxos de caixa e das rentabilidades esperadas.

- **Risco de Taxa de Juro**

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a otimização do custo da dívida e a obtenção de um reduzido nível de volatilidade nos encargos financeiros, ou seja, controlar e mitigar o risco de se incorrerem em perdas, resultantes de variações das taxas de juro a que se encontra indexada a dívida financeira da EPF denominada em euros.

- **Risco de liquidez**

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, as instituições tenham a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis, bem como, para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos.

A obtenção de elevados níveis de flexibilidade financeira, fundamental para a gestão deste risco, tem vindo a ser prosseguida pelo recurso às seguintes políticas de gestão:

- Estabelecimento de relações de parceria com as entidades financiadoras, assegurando o seu apoio financeiro à escola numa ótica de longo prazo, nas melhores e/ou nas mais desfavoráveis conjunturas, que ciclicamente afetam todas as atividades;
- Financiamento dos investimentos a Médio Longo Prazo (MLP), adequando as maturidades da dívida e o plano de pagamento das responsabilidades resultantes do financiamento, à capacidade de geração de fluxos de caixa;
- Escalonamento do vencimento da dívida financeira ao longo do tempo, procurando estender a maturidade média da dívida para a tornar mais coincidente com o grau de permanência de alguns ativos de longo prazo detidos (neste momento não existe dívida financeira que justifique qualquer medida por parte da gestão);
- Procura de diversificação das fontes e instrumentos de financiamento.

VI – Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos dos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte Aplicação de Resultados:



Relatório de Gestão – 2022

1 – Dos resultados do exercício que apresentam um saldo positivo, no valor de 50.258,19€ (cinquenta mil duzentos e cinquenta e oito euros e dezanove cêntimos), propomos a seguinte aplicação:

- 1.1 **2.512,91€** (dois mil quinhentos e doze euros e noventa e um cêntimos) para Reserva Legal (5% - artºs 218 e 295 do Código das Sociedades Comerciais).
- 1.2 **47.745,28€** (quarenta e sete mil setecentos e quarenta e cinco euros e vinte e oito cêntimos) para Resultados Transitados de forma a permitir o autofinanciamento.

VII – Outros assuntos

Informação a divulgar de acordo com a NCP 26 – “Contabilidade e Relato Orçamental”, do SNC-AP.

Durante o ano de 2022, a NCP 26 não se encontrava integralmente implementada, situação esta já corrigida, pelo que será ultrapassada em 2023.

Não existem dívidas em mora ou acordos com o Estado nem com a Segurança Social.

VIII - NOTA FINAL

Em sede de encerramento deste exercício, a gerente aproveita a oportunidade para renovar o seu agradecimento à Câmara Municipal de Felgueiras, pela confiança depositada no seu trabalho, agradecimento que estende igualmente a todos os Colaboradores, Fornecedores, Instituições Financeiras, Revisores Oficiais de Contas e demais entidades que participaram ativa e positivamente no nosso desempenho ao longo deste ano, agora terminado.

Felgueiras, 22 de março de 2023

A Gerente



(Vera Lúcia Ribeiro Sampaio)

EPF - ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, EM, UNIPESSOAL, LDA.
 NIF: 504 575 848

BALANÇO INDIVIDUAL
31 DE DEZEMBRO 2022

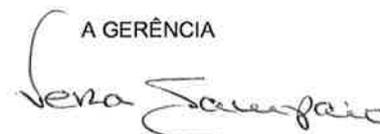
Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		dez/22	dez/21
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis.....	5	177 797,95	199 200,82
Ativos intangíveis.....	3	0,00	0,00
Outros ativos financeiros.....	18.4	1 843,21	1 767,33
		179 641,16	200 968,15
Ativo corrente:			
Inventários.....	10	614,49	345,33
Estado e outros entes públicos.....	23.5	0,00	108,89
Outras contas a receber.....	18.1	1 306 509,66	1 333 842,40
Diferimentos.....	18.4	864,87	907,14
Caixa e depósitos.....	1	117 549,81	4 856,98
		1 425 538,83	1 340 060,74
Total do Ativo		1 605 179,99	1 541 028,89
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital.....	1	376 000,00	376 000,00
Reservas Legais.....	18.5	8 357,68	8 357,68
Resultados transitados.....	18.5	(39 462,94)	(39 462,94)
		344 894,74	344 894,74
Resultado líquido do período.....	18.5	50 258,19	(174 914,47)
Total do Património Líquido		395 152,93	169 980,27
PASSIVO			
Passivo não corrente:			
Provisões.....	15	0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente:			
Fornecedores.....	18.2	23 145,56	55 999,23
Estado e outros entes públicos.....	23.5	49 801,87	45 933,14
Financiamentos obtidos.....	18.2	0,00	105 000,00
Fornecedores de Investimento.....	18.2	7 971,63	0,00
Outras contas a pagar.....	18.2	143 218,25	150 739,30
Diferimentos.....	18.4	985 889,75	1 013 376,95
		1 210 027,06	1 371 048,62
Total do Passivo		1 210 027,06	1 371 048,62
Total do Património Líquido e Passivo		1 605 179,99	1 541 028,89

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A GERÊNCIA

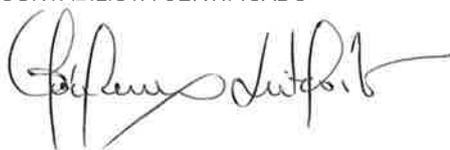


DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
31 DE DEZEMBRO DE 2022

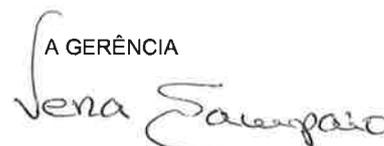
Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2022	31/12/2021
RENDIMENTOS E GASTOS			
Transferências e Subsídios correntes obtidos.....	14	1 348 013,74	1 156 038,87
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	10	(4 379,40)	(2 935,71)
Fornecimentos e serviços externos.....	23.1	(457 891,03)	(483 047,92)
Gastos com pessoal.....	19	(790 091,14)	(796 235,54)
Outros rendimentos	23.2	11 162,01	8 375,26
Outros gastos	23.3	(2 887,38)	(4 917,19)
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		103 926,80	(122 722,23)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	5	(49 612,67)	(50 719,41)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		54 314,13	(173 441,64)
Juros e gastos similares suportados.....	7	(1 255,17)	(589,81)
Resultado antes de impostos		53 058,96	(174 031,45)
Imposto sobre o rendimento.....	23.4	(2 800,77)	(883,02)
Resultado líquido do período		50 258,19	(174 914,47)

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A GERÊNCIA



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
31 DE DEZEMBRO DE 2022



Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes	+	2 734,55	1 137,49
Pagamentos a fornecedores		-312 205,57	-367 332,06
Pagamentos ao pessoal	-	-778 869,59	-767 357,09
Pagamentos a Alunos	-	-188 590,36	-166 618,62
Caixa gerada pelas operações	+/-	-1 276 930,97	-1 300 170,28
Pagamento/Recebimentos do Imposto Rendimento		-928,91	-11 049,30
Subsídios à exploração		1 331 059,49	1 273 840,79
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	11 302,82	2 162,59
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1) +/-	64 502,43	-35 216,20
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-	-20 161,12	-35 738,98
Investimentos financeiros	-	-691,78	-434,16
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	+	615,90	9,54
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2) +/-	-20 237,00	-36 163,60
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+	632 000,00	613 400,00
Cobertura de prejuízos	+	174 914,47	
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	-737 000,00	-538 000,00
Juros e gastos similares	-	-1 487,07	-1 350,21
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)	68 427,40	74 049,79
Varição de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	112 692,83	2 669,99
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	4 856,98	2 186,99
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	117 549,81	4 856,98

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A GERÊNCIA

***ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AO PERÍODO DE 2022***

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

A EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M. Unipessoal, Lda. (adiante EPF ou Entidade), é uma sociedade por quotas, constituída a 30/07/1999, em aplicação pelo Decreto-Lei nº4/98, com sede na Rua dos Bombeiros Voluntários, 4610-108 Felgueiras, e tem como atividade principal a de ministrar cursos profissionais e cursos de natureza profissionalizante, de acordo com o regime estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20 de junho.

O capital social é representado por 1 quota, com valor nominal de 376.000,00 Euros pertencente ao Município Felgueiras, NIF 510 091 823. O capital social encontra-se realizado na totalidade.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Gerente em 28 de fevereiro de 2023, contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal e na alínea c) do nº1 do artigo 25º da Lei 50/2012. As mesmas podem ser obtidas na sede do Município de Felgueiras, Praça da República, Felgueiras, 4610-116 Felgueiras.

A Gerente entende que estas demonstrações financeiras referentes ao período contabilístico de 2022 refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da escola, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas em conformidade com o Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro (com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro) – Sistema de Normalização Contabilístico para a Administração Pública, o qual foi aplicado pela primeira vez ao exercício de 2020.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, nas estimativas contabilísticas ou erros.

Os montantes são expressos em euros.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário e de outros financiamentos de curto prazo, e detalha-se como segue:

	<u>31-12-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Numerário	481,35	451,47
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	<u>117 068,46</u>	<u>4 405,51</u>
	<u>117 549,81</u>	<u>4 856,98</u>

Não existem, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, caixa e equivalentes de caixa não disponíveis para uso.

NOTA 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

2.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras:

2.1.1 - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

A mensuração e a apresentação das demonstrações financeiras formam preparadas de acordo com o princípio da continuidade.

A Gerente procedeu à avaliação da capacidade de a Entidade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação e dos considerandos na nota 17 - Acontecimentos após a data de relato, concluiu-se que a Entidade, com o apoio do Município, disporá de recursos adequados para manter as atividades, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

2.1.2. – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

2.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo.

2.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações considerando-se que as mesmas refletem todas as questões materialmente relevantes do decurso da atividade da Entidade.

2.1.5. – INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

2.1.6. – COMPENSAÇÃO

Os Ativos e os Passivos, e os Rendimentos e os Gastos não são compensados, a menos que seja exigido ou permitido pelas Normas de Contabilidade Pública.

2.2 – POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

2.2.1.– ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

As taxas de depreciação são calculadas com base na vida útil do bem segundo o classificador complementar 2, por duodécimos. As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e Outras Construções	10
Equipamento Básico	4-8
Equipamento de Transporte	4
Equipamento Administrativo	4-8
Outros Ativos Fixos Tangíveis	4-8

A vida útil e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

2.2.2. ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Licenças Software	3

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

2.2.3. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato, é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, da Entidade, com vista a determinar se existe algum indicador de



que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre o justo valor deduzido de custos para vender e o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados, usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e, quanto aos riscos específicos do ativo relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existam ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

2.2.4.– ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCP 18 – Instrumentos financeiros.



Os ativos e os passivos financeiros seguintes são mensurados ao custo menos perdas por imparidade:

- Ativos e passivos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários;
- Contratos para conceder ou contrair empréstimos.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só são incluídos na mensuração inicial do ativo financeiro ou passivo financeiro, quando este seja mensurado ao custo menos perda por imparidade.

a) CLIENTES E CONTAS A RECEBER

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos “cash-flows” esperados, descontados à taxa efetiva, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que são em que são estimadas.

b) OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

As dívidas a pagar encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

c) EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Os empréstimos bancários são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos. Em períodos subsequentes os empréstimos são registados pelo custo amortizado, sendo a diferença entre os montantes

recebidos e o valor a pagar, reconhecida na demonstração dos resultados durante o período de vida dos empréstimos usando o método da taxa de juro efetiva.

2.2.5. Imparidade de ativos financeiros

Em cada data de relato, é avaliada a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a Entidade reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

A perda por imparidade é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um ativo financeiro semelhante.

2.2.6. Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece o passivo financeiro apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

2.2.7. – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde aos impostos correntes.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da instituição. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

2.2.8. – INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Entidade consiste no custo médio ponderado.

2.2.9. –Rendimentos de Transações com Contraprestação

O rendimento é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rendimento reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rendimento proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rendimento pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rendimento proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rendimento pode ser mensurado com fiabilidade;

- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rendimento de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a instituição e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

2.2.10. –Rendimentos de Transações sem contraprestação

Os subsídios apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subseqüentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações ou amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Especificamente nesta Entidade, os subsídios recebidos pelo POCH, são reconhecidos como rendimento na medida da compensação direta de custos quando os mesmos são diretamente alocados e através de duodécimos sempre que estes se destinam à

compensação de custos gerais (nomeadamente pessoal, docente e não docente) e restantes custos de laboração da Entidade.

Relativamente ao financiamento dos cursos profissionais e de natureza profissionalizante ministrados pela EPF, manteve-se o contexto de exclusiva dependência de receitas oriundas dos Fundos Comunitários (FSE/POCH) e da Receita Pública.

A partir de 2017, por força do Regulamento Específico do Domínio do Capital Humano, aprovado em anexo à Portaria n.º 60 -C/2015, de 2 de março, (alterado pelas Portarias n.ºs 181 -A/2015, de 19 de junho, 190 -A/2015, de 26 de junho, 148/2016, de 23 de maio, 311/2016, de 12 de dezembro, e 2/2018, de 2 de janeiro, e n.º 159/2019, de 23 de maio) Regulamento esse previsto nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, o financiamento destes cursos, quando ministrados por empresas municipais, como a EPF, passaram a ser financiados a 85% pelo FSE e os restantes 15%, ou seja, a denominada “contribuição pública nacional”, passou a ser suportada pela própria empresa municipal, como se prevê no art.º 3º n.º 3 deste Regulamento Específico.

O enquadramento acima aplica-se pelo facto de estarmos perante uma empresa municipal, não se aplicando a entidades concorrentes com outro enquadramento jurídico, cujo direito à contrapartida pública nacional é-lhes garantida para efeitos de financiamento dos serviços prestados. Assim, importa que o Município detentor da participação na EPF assegure a preços de mercado o financiamento da atividade da EPF, através da celebração de contrato-programa nos termos do artigo 47.º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local (RJAEL) aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, sob pena da continuidade das operações da EPF poder ser colocada em causa por incumprimento do Regulamento Específico do Domínio do Capital Humano já anteriormente mencionado e pelas consequências daí advenientes. Este instrumento de financiamento permite assegurar o equilíbrio de contas previsto no artigo 40.º do RJAEL, atendendo a que a EPF não tem receitas próprias, o contrato-programa para o período foi celebrado em 4 de novembro de 2022. O município atribui a EPF um subsídio à exploração no valor de 201.018,20€.

2.2.11. – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

2.2.12. – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

2.2.13. – CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (1) atividades operacionais; (2) atividades de financiamento; e (3) atividades de investimento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, do POCH e da Câmara Municipal de Felgueiras e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal (inclui IRS e segurança social), de imposto sobre o rendimento e de impostos indiretos líquidos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos imobilizados. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas.

2.2.14. – JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADA A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, EM Unipessoal, Lda.



Ativos fixos tangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método da linha reta, a partir da data em que o ativo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas em função da vida útil do bem, tendo como base o classificador complementar 2. Os valores residuais dos ativos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

2.2.15. – ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

2.2.16. – ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

A Entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

2.2.17. – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A Empresa reconhece em gastos os benefícios a curto prazo para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico, e como um passivo, após a dedução da quantia já paga, ou de um ativo, na extensão e que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro.

Obrigações com férias e subsídio de férias

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os colaboradores têm anualmente direito a um mês de férias e a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os colaboradores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu respetivo pagamento.

NOTA 3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31/12/2022					
	Despesas de instalação	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Total
Ativo Bruto						
Saldo inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	4.327,14	4.327,14
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	0,00	0,00	0,00	4.327,14	4.327,14
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	4.327,14	4.327,14
Amortizações do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	0,00	0,00	0,00	4.327,14	4.327,14
Ativos líquidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	31/12/2021					
	Despesas de instalação	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Total
Ativo Bruto						
Saldo inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	4.327,14	4.327,14
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	0,00	0,00	0,00	4.327,14	4.327,14
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	4.327,14	4.327,14
Amortizações do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	0,00	0,00	0,00	4.327,14	4.327,14
Ativos líquidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

O detalhe da rubrica de “Gastos / reversões de amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 é conforme se segue:

	31-12-2022	31-12-2021
Ativos Fixos Intangíveis	0,00	0,00
	0,00	0,00

NOTA 4. ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

Não aplicável

NOTA 5. ATIVOS FIXOS TANGIVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31-12-2022								
	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativo fixos em curso	Total
Ativo Bruto									
Saldo inicial	0,00	406 286,21	713 830,49	60 959,51	0,00	51 648,09	82 447,42	0,00	1 315 171,72
Aquisições	0,00	0,00	27 000,13	0,00	0,00	1 209,67		0,00	28 209,80
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	406 286,21	740 830,62	60 959,51	0,00	52 857,76	82 447,42	0,00	1 343 381,52
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade									
Saldo inicial	0,00	241 976,66	682 466,46	60 959,51	0,00	51 648,09	78 920,18	0,00	1 115 970,90
Depreciação	0,00	32 861,91	16 059,01	0,00	0,00	32,49	659,26	0,00	49 612,67
Acerto	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	274 838,57	698 525,47	60 959,51	0,00	51 680,58	79 579,44	0,00	1 165 583,57
Ativos líquidos	0,00	131 447,64	42 305,15	0,00	0,00	1 177,18	2 867,98	0,00	177 797,95

31/12/2021									
Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativo fixos em curso	Total	
Ativo Bruto									
Saldo inicial	0,00	406.286,21	697.535,35	60.959,51	0,00	51.648,09	80.602,42	0,00	1.297.031,58
Aquisições	0,00	0,00	16.295,14	0,00	0,00	0,00	1.845,00	0,00	18.114,14
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	406.286,21	713.830,49	60.959,51	0,00	51.648,09	82.447,02	0,00	1.315.171,72
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade									
Saldo inicial	0,00	204.159,08	670.350,41	60.959,51	0,00	51.393,09	78.352,25	0,00	1.065.214,34
Depreciações do exercício	0,00	37.817,59	12.078,89	0,00	0,00	255,00	567,93	0,00	50.719,41
Acerto	0,00	-0,01	37,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37,16
Saldo final	0,00	241.976,66	682.466,46	60.959,51	0,00	51.648,09	78.920,18	0,00	1.115.970,90
Ativos líquidos	0,00	164.309,55	31.364,03	0,00	0,00	0,00	3.526,84	0,00	199.200,82

O detalhe da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 é conforme se segue:

	31-12-2022	31-12-2021
<i>Ativos Fixos Tangíveis</i>	49 612,67	50 719,41
	49 612,67	50 719,41

NOTA 6. LOCAÇÕES

Não aplicável

NOTA 7. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os juros e gastos similares suportados reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 foram:

	31/12/2022	31/12/2021
<i>Juros suportados:</i>		
<i>Financiamentos bancários</i>	1.255,17	589,81
	1.255,17	589,81

NOTA 8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Não aplicável

NOTA 9. IMPARIDADES DE ATIVOS

Não aplicável

NOTA 10. INVENTARIOS

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, os inventários da Entidade detalham-se conforme se segue:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	614,49	0,00	614,49	345,33	0,00	345,33
	614,49	0,00	614,49	345,33	0,00	345,33

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é detalhado conforme segue:

	31/12/2022		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	345,33	0,00	345,33
Compras	4.853,12	0,00	4.853,12
Regularizações	-204,56	0,00	-204,56
Saldo final	614,49	0,00	614,49
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	4.379,40	0,00	4.379,40

	31-12-2021		
	Mercadorias	Mat.-Primas, Subsid. Consumo	Total
Saldo inicial	629,57	0,00	629,57
Compras	2 651,47	0,00	2 651,47
Saldo final	345,33	0,00	345,33
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	2 935,71	0,00	2 935,71

NOTA 11. AGRICULTURA

Não aplicável

NOTA 12. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Não aplicável

NOTA 13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

Não aplicável

NOTA 14. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2022 e, a informação relativa a subsídios obtidos do governo é como segue:

31-12-2022								
Subsídio	Total Aprovado (candidatura)	Total executado	Executado já submetido e Aprovado	Montante recebido	Montante a receber	Rébito	CPN	Montante por utilizar
POCH – 668 - 2022/2023	1 417 336,45	412 596,31	0,00	225 445,00	1 173 041,06	412 596,31	61 889,45	985 889,75
POCH – 119 - 2021/2022	1 334 764,97	1 247 491,61	1 247 396,21	1 183 849,22	-1 706,07	823 749,63	123 562,44	0,00
Qualifica – 1314	191 487,99	168 549,06	122 386,70	100 206,13	68 342,93	90 779,88	13 616,98	0,00
Qualifica – 726	215 424,00	206 154,36	206 154,36	123 658,71	64 633,25	16 696,65	0,00	0,00
Qualifica – 282	167 554,74	152 467,62	150 942,94	133 962,30	0,00	4 191,27	0,00	0,00
TOTAIS	3 326 568,15	2 187 258,96	1 726 880,21	1 767 121,36	1 304 311,17	1 348 013,74	199 068,87	985 889,75

Em 31 de dezembro de 2021 e, a informação relativa a subsídios obtidos do governo é como segue:

31-12-2021								
Subsídio	Total Aprovado (candidatura)	Total executado	Executado já submetido e Aprovado	Montante recebido	Montante a receber	Rébito	CPN	Montante por utilizar
POCH - 3076	1 358 016,37	1 265 544,30	1 262 909,52	1 138 401,84	0,00	707 569,34	0,00	0,00
POCH - 119 - 2021/2022	1 334 764,97	360 099,59	0,00	153 132,56	1 117 213,72	360 099,59	0,00	910 246,69
QUALIFICA - 1314	191 487,99	77 769,18	0,00	12 207,36	168 692,08	77 769,18	0,00	103 130,26
Qualifica – 726	215 424,00	206 154,30	115 753,64	111 451,34	47 936,60	10 600,76	0,00	0,00
POCH – 1667	1 444 133,54	1 300 488,53	1 289 293,94	1 226 593,08	0,00	0,00	0,00	0,00
POCH - 2579	416 968,89	418 540,05	416 968,89	394 469,12	0,00	0,00	0,00	0,00
POCH - 2131	850 868,30	854 432,65	850 868,30	786 373,67	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAIS	5 811 664,06	4 483 028,60	3 935 794,29	3 822 628,97	1 156 038,87	1 156 038,80	0,00	1 013 376,95

NOTA 15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Não existem processos judiciais a decorrer, pelo que não foi necessário constituir qualquer provisão em 2022. Em 2021 também não existia qualquer processo em curso.

NOTA 16. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Não aplicável

NOTA 17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Após 31 de dezembro de 2022 e até à presente data não foi registada a ocorrência de factos que possam afetar direta ou indiretamente as condições de equilíbrio económico e financeiro da Entidade, ou que afetem de forma materialmente relevante as demonstrações financeiras e os resultados apresentados.

NOTA 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1 ATIVOS FINANCEIROS

As categorias de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 são detalhadas conforme se segue:

<i>ATIVOS FINANCEIROS</i>	31/12/2022	31/12/2021
<i>Outras contas a receber a)</i>	1 306 203,18	1.333.842,40
<i>Clientes</i>	0,00	0,00
<i>Fornecedores</i>	306,48	0,00
	1.306.509,66	1.333.842,40

a) inclui subsídios a receber no montante de 1 304 311,17 € (2021: 1 156 038,87 €).

18.2 PASSIVOS FINANCEIROS

As categorias de passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 são detalhadas conforme se segue:

PASSIVOS FINANCEIROS		31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	(i)	23 145,56	55 999,23
Financiamentos Obtidos	(ii)	0,00	105 000,00
Fornecedores de Investimento	(iii)	7 971,63	0,00
Outras contas a pagar	(iv)	143 218,25	150 739,30
		<u>174 335,44</u>	<u>311 738,53</u>

(i) Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 a rubrica de “Fornecedores” apresentava a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Não vencido	22.011,92	51.021,47
Vencido:		
0-30 dias	1.090,71	4.731,76
30-90 dias	42,93	246,00
90-180 dias	0,00	0,00
180-360 dias	0,00	0,00
>360 dias	0,00	0,00
	<u>23.145,56</u>	<u>55.999,23</u>

(ii) Financiamentos obtidos

Esta rubrica é relativa a uma conta corrente caucionada na Caixa Geral de Depósitos, a 31 de dezembro de 2022 o valor utilizado é zero (2021: 105.000 euros), dos 325 mil euros autorizados. Para obtenção da linha de crédito foi emitida, como colateral, uma Carta Conforto do Município de Felgueiras até 250 mil euros.

(iii) Fornecedores de Investimento

	31-12-2022	31-12-2021
Não vencido	7 971,63	0,00
	<u>7 971,63</u>	<u>0,00</u>

(iv) Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 a rubrica de “Outras contas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<i>Pessoal- Rem. a Pagar</i>	0,00	5,00
<i>Credores por Acréscimos de Gastos (1)</i>	130 514,63	120.323,07
<i>Sindicatos</i>	0,00	73,60
<i>Outros Credores</i>	12 703,62	30.337,63
	<u>143 218,25</u>	<u>150.739,30</u>

(1) Sendo 111 862,86 referente estimativa de Férias e Subsídio de Férias (2021: 102 548,10€)

18.3 INSTRUMENTOS DE COBERTURA DE RISCOS

Não aplicável

18.4 OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos investimentos financeiros, foi o seguinte:

31-12-2022							
	Investimento. Subsidiarias	Investimento. Associadas	Investimento. Entidade. Controladora	Investimento Outras Empresas.	Out. Investimentos Financeiros	Perdas por Imparidade	Total
Saldo inicial	0	0	0	0	1767,33	0	1767,33
Aquisições	0	0	0	0	691,78	0	691,76
Reembolsos	0	0	0	0	615,90		615,9
Saldo final	0	0	0	0	1843,21	0	1843,21

31/12/2021							
	Investimento. Subsidiarias	Investimento. Associadas	Investimento. Entidade. Controladora	Investimento Outras Empresas.	Out. Investimentos Financeiros	Perdas por Imparidade	Total
Saldo inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	1.342,71	0,00	1.342,71
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	424,62	0,00	424,62
Saldo final	0,00	0,00	0,00	0,00	1.767,33	0,00	1.767,33



Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 as rubricas do ativo e do passivo “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

<i>DIFERIMENTOS ATIVOS</i>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<i>Outros Gastos a Reconhecer</i>	864,87	907,14
	<u>864,87</u>	<u>907,14</u>
<i>DIFERIMENTOS PASSIVOS</i>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<i>Subsídios Cursos Profissionais (nota 14)</i>	985.889,75	910.246,69
<i>Subsídios qualifica</i>	0,00	103.130,26
	<u>985.889,75</u>	<u>1.013.376,95</u>

18.5 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

- a) Capital social: o capital social é representado por 1 quota, com valor nominal de 376.000,00 Euros pertencente ao Município Felgueiras, NIF 510 091 823. O capital social encontra-se realizado na totalidade.
- b) Reserva legal: de acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da escola, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.
- c) Resultados Transitados: a 31 de dezembro o valor é de -39.462,94 euros valor igual a 31 de dezembro de 2021, mas durante o período de 2022 foram registados em RESULTADOS TRANSITADOS o prejuízo do período de 2021 no valor de 174.914,47 euros, prejuízo esse coberto pelo Município através de transferência bancária para a EPF de 174.914,47 euros.

NOTA 19. BENEFICIOS DOS EMPREGADOS

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 detalha-se da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
<i>Remunerações dos Órgãos Sociais</i>	42.912,94	41.951,20
<i>Remunerações do Pessoal</i>	581.494,23	584.547,55
<i>Indemnizações</i>	0,00	1.652,71
<i>Encargos sobre Remunerações</i>	161.366,56	160.656,63
<i>Seguros Acidentes Trabalho</i>	4.199,76	3.996,00
<i>Gastos Ação Social</i>	0,00	0,00
<i>Outros</i>	117,65	3.431,45
TOTAL GASTOS PESSOAL	790.091,14	796.235,54

O gasto com o Revisor Oficial de Contas totalizou 4.890,80€ relativos ao ano de 2022, valor centralizado em FSE – Trabalhos Especializados.

Nº de trabalhadores ao serviço a 31 de dezembro de 2022 é 31 e nº médio de trabalhadores durante o exercício 2022: 31 (2021: 31)

A gerente, no exercício findo em 2022, foi remunerada em conformidade com o referido no artº30 da Lei nº50/2012 de 31 de agosto.

NOTA 20. DIVULGAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

A Entidade é detida em 100% pelo Município de Felgueiras, sendo as demonstrações financeiras consolidadas nessa entidade.

No decurso dos exercícios de 2022 e 2021 foram registadas transações com partes relacionadas com referência ao fornecimento de água na conta de fornecedores. No exercício de 2022 foi celebrado um contrato programa com o município no valor de 201.018,20 euros recebido em 2022. Em 2021 não foi celebrado contrato programa.

Os saldos dos períodos findos em 2022 e 2021 são os seguintes:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores- Câmara Municipal Felgueiras	13,47	40,43
Outros Devedores – Contrato Programa	0,00	0,00
	<u>13,47</u>	<u>40,43</u>

As transações efetuadas com o Município de Felgueiras ascenderam em 2022 a 455,34 euros e em 2021 foram 601,50 euros.

NOTA 21. RELATO POR SEGMENTOS

A Entidade desenvolve uma única atividade, relacionada com o ensino profissional, pelo que não existem outros segmentos relevantes, para efeitos de informação a apresentar.

NOTA 22. INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES

Não aplicável

NOTA 23. OUTROS

23.1 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 é detalhada conforme se segue:

	31-12-2022	31-12-2021
Trabalhos Especializados	26 736,73	29 651,45
Publicidade e Propaganda	3 829,50	3 877,65
Vigilância e Segurança	1 200,00	1 500,00
Honorários	101 800,00	98 667,93
Conservação e Reparação	7 194,09	4 716,27
Serviços Bancários	3 200,10	3 609,38
Outros Serviços	2 074,72	0,00
Ferramentas Utensílios Desgaste Rápido	407,06	162,95
Livros e Documentação Técnica	111,40	105,01
Material Escritório	4 999,00	5 834,54
Ofertas	260,08	416,42
Material Pedagógico	12 203,76	21 698,32
Material limpeza, higiene e conforto	4 603,42	5 627,83
Material conservação e reparação	5 395,93	15 610,85
Combustíveis	2 891,84	1 899,79
Água	240,82	303,60
Deslocações, Estadas e Transportes	104 019,57	81 203,87
Deslocações Alojamento Formados	103 776,48	81 025,77
Outras	243,09	178,10
Rendas e Alugueres	71,13	618,48
Despesas Postais	1 032,58	1 109,83
Telefone/Internet	7 712,66	7 992,18
Seguros	3 395,77	3 535,86
Viaturas	778,54	749,73
Outros	2 617,23	2 786,13
Contencioso e Notariado	264,05	713,18
Despesas Representação	67,48	50,00
Outros Serviços	164 179,34	194 142,53
Imprensa/Revistas	30,00	0,00
Despesas c/ out Atividades	284,66	1 225,20
Bolsas	20 512,30	25 297,54
Alimentação Formandos	136 319,07	165 113,55
Out. Despesas. c/Formandos	3 195,35	2 094,74
Portagens e Estacionamentos	0,00	133,40
Diversos	3 837,96	278,10
TOTAL FSE	457 891,03	483 047,92

No exercício de 2022 verificou-se uma diminuição nos gastos com a alimentação dos formandos, isto deveu-se a redução de alunos em 2022. De janeiro a agosto de 2021 eram 246 alunos de setembro de 2021 a dezembro de 2021 eram 234 alunos, já em 2022 frequentaram de janeiro a agosto 228 alunos e de setembro a dezembro 212 alunos.

23.2 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A composição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é conforme se segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos suplementares	1 345,00	800,00
Ganhos na alienação de ativos fixos tangíveis	0,00	610,50
Excesso de estimativa para impostos	0,00	1 510,55
Outros	9 817,01	5 454,21
	11 162,01	8 375,26

23.3 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 é conforme se segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e taxas	746,03	3 412,91
Correções relativas a períodos anteriores	601,38	37,16
Perdas em inventários	0,00	0,00
Quotizações	1 440,00	1 440,00
Multas fiscais e não fiscais e penalidades contratuais	93,75	25,00
Outros	6,22	2,12
	2 887,38	4 917,19

NOTA 23.4 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Entidade encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa de 21%.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é detalhado conforme se segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes de impostos	53 058,96	-174 031,45
Variações Patrimoniais Positivas	0,00	0,00
Correções relativas a períodos anteriores	601,38	37,16
Multas, coimas e demais penalidades por incumprimentos	93,75	27,05
Excesso de estimativa de impostos	0,00	-1 510,55
Lucro tributável / (Prejuízo fiscal)	53 754,09	-175 477,79
Prejuízos dedutíveis	43 003,27	0,00
Matéria coletável	10 750,82	0,00
Taxa nominal de imposto	0,21	0,21
	2 257,67	0,00
Tributação autónoma	543,10	883,02
Derrama	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	2 800,77	883,02
Taxa efetiva de imposto	0,05	0,00
Imposto corrente	2 800,77	883,02
Imposto diferido gerado no exercício	0,00	0,00
Total de imposto sobre o rendimento	2 800,77	883,02

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade de 2019 a 2022 podem ser sujeitas a revisão.

Entende-se que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

O montante de prejuízos fiscais por recuperar ascende a 236.646,19 euros (2019: 61.168,40 euros; 2021: 175.477,79 euros), sendo o de 2019 recuperável até 2026 e o de 2021 até 2026, inclusive.

NOTA 23.5 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2022		31-12-2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<i>Imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas (IRC)</i>				
<i>Pagamentos por conta</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Pagamentos especiais por conta</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>IRC a pagar (relativo a 2020)</i>	0,00	0,00	0,00	1 037,80
<i>IRC – reembolso (relativo a 2021)</i>	0,00	0,00	108,89	0,00
<i>IRC a pagar (relativo a 2022)</i>	0,00	2 800,77	0,00	0,00
<i>Retenção na fonte</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Retenções de imposto sobre rendimento</i>				
<i>Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares (IRS)</i>	0,00	16 232,00	0,00	14 616,70
<i>Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)</i>	0,00	359,34	0,00	217,06
<i>ADSE</i>		1 739,08	0,00	1 775,63
<i>Contribuições para a Segurança Social</i>	0,00	21 611,76	0,00	21 807,71
<i>Caixa Geral Aposentações</i>	0,00	7 058,92	0,00	6 478,24
	0,00	49 801,87	108,89	45 933,14

NOTA 24 OBJETIVOS E POLÍTICAS EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

- **Risco Financeiro**

A EPF, à semelhança de todas as outras escolas profissionais, está exposta a uma variedade de riscos financeiros, merecendo especial enfoque, os riscos de taxa de juro, de liquidez e de crédito.

Este conjunto de riscos financeiros resulta do desenrolar da sua atividade e induzem incertezas quanto à sua capacidade de geração de fluxos de caixa e de retornos, nomeadamente dos seus capitais próprios.

A política de gestão dos riscos financeiros procura minimizar impactos e efeitos adversos decorrentes da incerteza característica dos mercados e das políticas. Esta incerteza, que se reflete em diversas vertentes, exige especial atenção, medidas concretas e efetivas de gestão do seu risco financeiro.

Os diversos tipos de risco financeiro estão inter-relacionados e as diversas medidas de gestão, ainda que específicas a cada um deles, encontram-se em larga medida ligadas, e essa interligação contribui para a prossecução do mesmo objetivo comum, isto é, a diminuição da volatilidade dos fluxos de caixa e das rentabilidades esperadas.

- **Risco de Taxa de Juro**

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a otimização do custo da dívida e a obtenção de um reduzido nível de volatilidade nos encargos financeiros, ou seja, controlar e mitigar o risco de se incorrerem em perdas, resultantes de variações das taxas de juro a que se encontra indexada a dívida financeira da EPF denominada em euros.

- **Risco de liquidez**

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, as instituições tenham a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis, bem como, para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos.

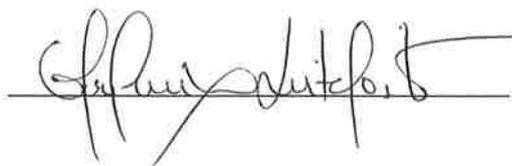
A obtenção de elevados níveis de flexibilidade financeira, fundamental para a gestão deste risco, tem vindo a ser prosseguida pelo recurso às seguintes políticas de gestão:

- Estabelecimento de relações de parceria com as entidades financiadoras, assegurando o seu apoio financeiro à escola numa ótica de longo prazo, nas melhores e/ou nas mais desfavoráveis conjunturas, que ciclicamente afetam todas as atividades;
- Financiamento dos investimentos a Médio Longo Prazo (MLP), adequando as maturidades da dívida e o plano de pagamento das responsabilidades resultantes do financiamento, à capacidade de geração de fluxos de caixa;

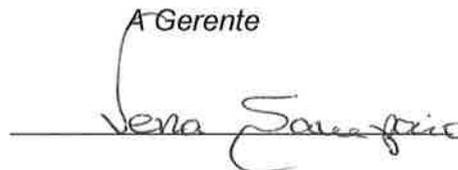
- Escalonamento do vencimento da dívida financeira ao longo do tempo, procurando estender a maturidade média da dívida para a tornar mais coincidente com o grau de permanência de alguns ativos de longo prazo detidos (neste momento não existe dívida financeira que justifique qualquer medida por parte da gestão);
- Procura de diversificação das fontes e instrumentos de financiamento.

Felgueiras, 22 de março de 2023

A Contabilista Certificada



A Gerente



ENCERRAMENTO ORÇAMENTAL 2022

Exmos senhores, em cumprimento do disposto no art. 42º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, a Gerente da EPF apresenta o relatório de encerramento orçamental de 2022.

Demonstrações Orçamentais:

- Demonstração de Desempenho Orçamental
- Demonstração de Execução Orçamental da Receita
- Demonstração de Execução Orçamental da Despesa
- Demonstração dos Planos de Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Demonstração Desempenho Orçamental (01-01 até 31-14)

Exercício: 2022
 Lançamento: 000

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					TOTAL	N-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS		
	Saldo de gerência anterior							
	Operações orçamentais [1]	0,00	4.856,98	0,00	0,00	0,00	4.856,98	2.186,99
	Restituição de saldos de operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de tesouraria [A]					0,00	0,00	0,00
	Receita corrente							
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5	Transferências Correntes	0,00	1.524.972,24	0,00	0,00	0,00	1.524.972,24	1.300.786,36
R5.1	Administrações Públicas	0,00	1.524.972,24	0,00	0,00	0,00	1.524.972,24	1.300.786,36
R5.1.1	Administração Central - Estado	0,00	1.323.954,04	0,00	0,00	0,00	1.323.954,04	1.252.483,67
R5.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.5	Administração Local	0,00	201.018,20	0,00	0,00	0,00	201.018,20	48.302,69
R5.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.952,85
R7	Outras receitas correntes	0,00	12.608,50	0,00	0,00	0,00	12.608,50	0,00
	Receita de Capital							
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita efetiva [2]	0,00	1.537.580,74	0,00	0,00	0,00	1.537.580,74	1.309.739,21
	Receita não efetiva [3]	0,00	545.000,00	0,00	0,00	0,00	545.000,00	0,00
R12	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Passivos financeiros	0,00	545.000,00	0,00	0,00	0,00	545.000,00	0,00
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	0,00	2.087.437,72	0,00	0,00	0,00	2.087.437,72	1.311.926,20
	Recebimentos de operações de tesouraria [B]					0,00	0,00	614.253,35

Demonstração Desempenho Orçamental (01-01 até 31-14)

Exercício: 2022
 Lançamento: 000

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						N-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Despesa corrente								
D1	Despesas com o pessoal	0,00	798.564,07	0,00	0,00	0,00	798.564,07	773.113,44
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	0,00	616.520,00	0,00	0,00	0,00	616.520,00	624.043,44
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	117,65	0,00	0,00	0,00	117,65	72,00
D1.3	Segurança social	0,00	181.926,42	0,00	0,00	0,00	181.926,42	148.998,00
D2	Aquisição de bens e serviços	0,00	495.099,46	0,00	0,00	0,00	495.099,46	552.973,05
D3	Juros e outros encargos	0,00	6.863,19	0,00	0,00	0,00	6.863,19	5.354,02
D4	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D6	Outras despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa de Capital								
D7	Investimento	0,00	19.361,19	0,00	0,00	0,00	19.361,19	50.945,83
D8	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa efetiva [5]		0,00	1.319.887,91	0,00	0,00	0,00	1.319.887,91	1.382.386,34
Despesa não efetiva [6]		0,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00	650.000,00	0,00
D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma [7]=[5]+[6]		0,00	1.969.887,91	0,00	0,00	0,00	1.969.887,91	1.382.386,34
Pagamentos de operações de tesouraria [C]						0,00	0,00	538.936,23
Saldos para gerência seguinte								
Operações orçamentais [8]=[4]-[7]		0,00	117.549,81	0,00	0,00	0,00	117.549,81	-70.460,14
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]						0,00	0,00	75.317,12
Saldo global [2]-[5]		0,00	217.692,83	0,00	0,00	0,00	217.692,83	-72.647,13
Despesa primária		0,00	1.313.024,72	0,00	0,00	0,00	1.313.024,72	1.377.032,32
Saldo corrente		0,00	237.054,02	0,00	0,00	0,00	237.054,02	-21.701,30
Saldo de capital		0,00	-19.361,19	0,00	0,00	0,00	-19.361,19	-50.945,83
Saldo primário		0,00	224.556,02	0,00	0,00	0,00	224.556,02	-67.293,11
Receita total [1]+[2]+[3]		0,00	2.087.437,72	0,00	0,00	0,00	2.087.437,72	1.311.926,20
Despesa total [5]+[6]		0,00	1.969.887,91	0,00	0,00	0,00	1.969.887,91	1.382.386,34

Controlo Orçamental da Receita - de Abertura a Regularizações

Exercício: 2022
 Lançamento: <TODOS>

Orgânica	Fonte Fin.	Classificação			Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Receitas Liquidadas	Liquidações Anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restituições			Receita cobrada líquida			Por cobrar no final do período	Grau exec. orç.	
		Atividade	Programa	Económica							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total	Períodos anteriores		Período corrente	
					Total Geral (Receitas Correntes)	1.675.502,45	0,00	1.537.580,74	0,00	1.537.580,74	0,00	0,00	1.537.580,74	0,00	1.537.580,74	0,00	0,00%	91,8%	
					Total Geral (Rec. de Capital)	650.000,00	0,00	549.856,98	0,00	549.856,98	0,00	0,00	549.856,98	0,00	549.856,98	0,00	0,00%	84,6%	
					Total Geral	2.325.502,45	0,00	2.087.437,72	0,00	2.087.437,72	0,00	0,00	2.087.437,72	0,00	2.087.437,72	0,00	0,00%	89,8%	

(Valores em EUR)

O Responsável

 Em 22 de Março de 2023

O Conselho de Administração

 Em 28 de Março de 2023

Controlo Orçamental da Receita - de Abertura a Regularizações

Exercício: 2022
Lançamento: <TODOS>

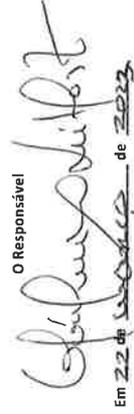
(Valores em EUR)

Orgânica	Classificação			Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Receitas Líquidas	Liquidações Anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restituições			Receita cobrada líquida		Por cobrar no final do período	Grau exec. orç.
	Fonte Fin.	Atividade	Programa							Económica	Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente		
1	000	000	0000000	Funcionamento normal												
				Receitas Correntes												
1	000	000	0000000	Transferências correntes												
1	000	000	0000000	Administrações central												
1	000	000	0000000	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	1.464.508,25	0,00	1.323.954,04	0,00	1.323.954,04	0,00	0,00	0,00	1.323.954,04	0,00	0,00%	90,4%
1	000	000	0000000	Administração local												
1	000	000	0000000	Continente	201.018,20	0,00	201.018,20	0,00	201.018,20	0,00	0,00	0,00	201.018,20	0,00	0,00%	100,0%
1	000	000	0000000	Venda de bens e serviços correntes												
1	000	000	0000000	Serviços												
1	000	000	0000000	Outras receitas correntes												
1	000	000	0000000	Outras receitas correntes												
1	000	000	0000000	Outras	9.976,00	0,00	12.608,50	0,00	12.608,50	0,00	0,00	0,00	12.608,50	0,00	0,00%	126,4%
				Total das Receitas Correntes	1.675.502,45	0,00	1.537.580,74	0,00	1.537.580,74	0,00	0,00	0,00	1.537.580,74	0,00	0,00%	91,8%
				Receitas de Capital												
1	000	000	0000000	Passivos financeiros												
1	000	000	0000000	Empréstimos a curto prazo												
1	000	000	0000000	Sociedades financeiras	650.000,00	0,00	545.000,00	0,00	545.000,00	0,00	0,00	0,00	545.000,00	0,00	0,00%	83,8%
1	000	000	0000000	Saldo da gerência anterior												
1	000	000	0000000	Saldo orçamental												
1	000	000	0000000	Na posse do serviço	0,00	0,00	4.856,98	0,00	4.856,98	0,00	0,00	0,00	4.856,98	0,00	0,00%	0,00%
				Total das Receitas de Capital	650.000,00	0,00	549.856,98	0,00	549.856,98	0,00	0,00	0,00	549.856,98	0,00	0,00%	84,5%
				Total Atividade 000	2.325.502,45	0,00	2.087.437,72	0,00	2.087.437,72	0,00	0,00	0,00	2.087.437,72	0,00	0,00%	89,8%
				Total Fonte Fin. 000	2.325.502,45	0,00	2.087.437,72	0,00	2.087.437,72	0,00	0,00	0,00	2.087.437,72	0,00	0,00%	89,8%
				Total Orgânica 1	2.325.502,45	0,00	2.087.437,72	0,00	2.087.437,72	0,00	0,00	0,00	2.087.437,72	0,00	0,00%	89,8%

Controlo Orçamental da Despesa - de Abertura a Regularizações

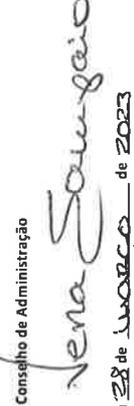
Exercício: 2022		Lançamento: <TODOS>		(Valores em EUR)											
Orgânica	Fonte Fin.	Classificação		Descrição	Por pagar per. ant.	Dotações Corrigidas	Cativos / descontos	Compromissos	Obrigações	Despesas para liquidação de operações		Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Períodos anteriores	Período corrente
		Atividade	Programa							Economia	Período anterior				
1	000	000	000000	Vigilância e segurança	100,00	1.500,00	0,00	1.400,00	1.300,00	0,00	1.200,00	100,00	100,00	0,00%	80,00%
1	000	000	000000	Outros trabalhos especializados	4.611,54	26.735,54	0,00	26.102,42	26.102,40	4.611,54	20.033,06	0,02	1.457,80	17,25%	74,93%
1	000	000	000000	Outros serviços	32.766,93	309.546,64	0,00	309.079,84	308.463,28	21.846,56	265.065,59	616,56	21.551,13	7,06%	85,63%
1	000	03	000000	Juros e outros encargos											
1	000	0305	000000	Outros juros											
1	000	030502	000000	Outros	0,00	7.234,00	0,00	1.007,81	1.007,81	0,00	1.007,81	0,00	0,00	0,00%	13,93%
1	000	0306	000000	Outros encargos financeiros											
1	000	030601	000000	Outros encargos financeiros	0,00	6.647,62	0,00	5.855,38	5.855,38	0,00	5.855,38	0,00	0,00	0,00%	88,08%
				Total das Despesas Correntes	112.712,67	1.426.976,24	0,00	1.384.430,97	1.381.320,93	101.809,66	1.198.717,06	3.110,04	80.794,21	7,13%	84,00%
				Despesas de Capital											
1	000	07	000000	Aquisição de bens de capital											
1	000	0701	000000	Investimentos											
1	000	070109	000000	Equipamento administrativo	0,00	1.272,78	0,00	1.209,67	1.209,67	0,00	349,90	0,00	859,77	0,00%	27,49%
1	000	070110	000000	Equipamento básico	0,00	26.709,42	0,00	26.200,20	26.200,20	0,00	19.011,29	0,00	7.188,91	0,00%	71,18%
1	000	10	000000	Passivos financeiros											
1	000	1005	000000	Empréstimos a curto prazo											
1	000	100503	000000	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	0,00	650.000,00	0,00	650.000,00	650.000,00	0,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00%	100,00%
				Total das Despesas de Capital	0,00	677.982,20	0,00	677.409,87	677.409,87	0,00	669.361,19	0,00	8.048,68	0,00%	98,73%
				Total Atividade 000	112.712,67	2.104.958,44	0,00	2.061.840,84	2.058.730,80	101.809,66	1.868.076,25	3.110,04	88.842,89	4,84%	88,75%
				Total Fonte Fin. 000	112.712,67	2.104.958,44	0,00	2.061.840,84	2.058.730,80	101.809,66	1.868.076,25	3.110,04	88.842,89	4,84%	88,75%
				Total Orgânica 1	112.712,67	2.104.958,44	0,00	2.061.840,84	2.058.730,80	101.809,66	1.868.076,25	3.110,04	88.842,89	4,84%	88,75%
				Total Geral (Despesas Correntes)	112.712,67	1.426.976,24	0,00	1.384.430,97	1.381.320,93	101.809,66	1.198.717,06	3.110,04	80.794,21	84,00%	84,00%
				Total Geral (Despesas Capital)	0,00	677.982,20	0,00	677.409,87	677.409,87	0,00	669.361,19	0,00	8.048,68	98,73%	98,73%
				Total Geral	112.712,67	2.104.958,44	0,00	2.061.840,84	2.058.730,80	101.809,66	1.868.076,25	3.110,04	88.842,89	4,84%	88,75%

O Responsável



Em 22 de março de 2023

O Conselho de Administração



Em 28 de março de 2023

Controlo Orçamental da Despesa - de Abertura a Regularizações

Exercício:		2022		Lançamento:		<TODOS>		(Valores em EUR)									
Orgânica	Função	Programa	Económica	Descrição	Por pagar per. anl.	Dotações Corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Períodos anteriores	Período corrente	Total	Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Períodos anteriores	Período corrente	GLOBAL EXEC. Q.T.
1	000	000000	01	Funcionamento normal													
				Despesas Correntes													
1	000	000000	01	Despesas com o pessoal	1.201,09	36.099,73	0,00	35.778,13	35.778,13	1.201,09	33.373,64	34.574,73	0,00	1.203,40		3,33%	92,45%
1	000	000000	0101	Remunerações certas e permanentes	11.168,95	489.585,99	0,00	477.645,35	477.645,35	11.168,95	455.269,18	466.438,03	0,00	11.207,32		2,28%	92,99%
1	000	000000	010102	Pessoal dos quadros - Reg de contrato individual trabalho													
1	000	000000	010104	Subsídio de refeição	0,00	33.165,81	0,00	31.810,92	31.810,92	0,00	31.810,92	31.810,92	0,00	0,00		0,00%	95,91%
1	000	000000	010113	Subsídio de férias e de Natal													
1	000	000000	010114	Subsídio de férias	0,09	42.015,14	0,00	42.015,14	42.015,14	0,09	42.015,05	42.015,14	0,00	0,00		0,00%	100,00%
1	000	000000	0101145F	Subsídio de Natal	11.380,83	53.611,19	0,00	53.611,19	53.611,19	11.380,83	30.300,35	41.681,18	0,00	11.930,01		21,23%	56,52%
1	000	000000	0102	Abonos variáveis ou eventuais													
1	000	000000	010206	Formação	0,00	2.400,00	0,00	117,65	117,65	0,00	117,65	117,65	0,00	0,00		0,00%	4,90%
1	000	000000	0103	Segurança social													
1	000	000000	010305	Contribuições p ^a a segurança social	3.834,04	31.251,88	0,00	31.251,88	31.251,88	3.834,04	23.240,13	27.074,17	0,00	4.177,71		12,27%	74,36%
1	000	000000	010305A0A0	Caixa Geral de Aposentações	15.223,22	169.845,99	0,00	165.800,06	165.800,06	16.060,79	134.591,70	150.652,49	0,00	15.147,51		9,46%	79,24%
1	000	000000	010305A0B0	Segurança Social	0,00	5.028,00	0,00	4.199,76	4.199,76	0,00	4.199,76	4.199,76	0,00	0,00		0,00%	83,53%
1	000	000000	010309	Seguros													
1	000	000000	02	Aquisição de bens e serviços													
1	000	000000	0201	Aquisição de bens													
1	000	000000	020102	Combustíveis e lubrificantes	0,00	3.393,33	0,00	2.891,84	2.891,84	0,00	2.891,84	2.891,84	0,00	0,00		0,00%	85,22%
1	000	000000	020104	Limpeza e higiene	279,06	5.096,06	0,00	4.882,48	4.882,48	279,06	4.458,40	4.737,46	0,00	145,02		5,48%	87,49%
1	000	000000	020108	Material de escritório	2.361,14	7.375,35	0,00	7.360,15	7.360,15	2.361,14	4.160,58	6.521,72	0,01	838,42		32,01%	56,41%
1	000	000000	020115	Premios, condecorações e ofertas	0,00	279,00	0,00	260,08	260,08	0,00	260,08	260,08	0,00	0,00		0,00%	93,22%
1	000	000000	020116	Mercadorias para a venda	68,90	6.419,79	0,00	5.118,82	4.922,11	68,90	4.112,68	4.181,58	196,71	740,53		1,07%	64,06%
1	000	000000	020117	Ferramentas e utensilios	0,00	447,52	0,00	407,06	407,06	0,00	407,06	407,06	0,00	0,00		0,00%	90,96%
1	000	000000	020118	Livros e documentação técnica	0,00	130,00	0,00	111,40	111,40	0,00	111,40	111,40	0,00	0,00		0,00%	85,69%
1	000	000000	020120	Material de educação, cultura e recreio	8.044,36	26.419,28	0,00	21.373,55	21.373,55	8.040,00	10.227,99	18.267,99	386,29	3.105,56		30,43%	38,71%
1	000	000000	020121	Outros bens	2.826,43	8.602,93	0,00	7.802,81	7.802,81	2.826,43	4.841,38	7.667,81	0,00	135,00		32,85%	56,28%
1	000	000000	0202	Aquisição de serviços													
1	000	000000	020203	Conservação de bens	0,00	7.605,35	0,00	7.387,48	7.387,48	0,00	5.824,40	5.824,40	0,00	1.563,08		0,00%	76,58%
1	000	000000	020204	Locação de edifícios	0,00	98,00	0,00	71,13	71,13	0,00	71,13	71,13	0,00	0,00		0,00%	72,58%
1	000	000000	020209	Comunicações	454,86	10.443,99	0,00	9.455,53	9.242,78	14,01	8.788,01	8.802,02	212,75	440,76		0,13%	84,14%
1	000	000000	020211	Representação dos serviços	0,00	118,00	0,00	67,48	67,48	0,00	67,48	67,48	0,00	0,00		0,00%	57,19%
1	000	000000	020212	Seguros	0,00	3.728,95	0,00	3.458,43	3.458,43	0,00	3.458,43	3.458,43	0,00	0,00		0,00%	92,75%
1	000	000000	020213	Deslocações e estadas	17.641,03	127.445,51	0,00	123.015,26	121.417,56	17.366,03	97.000,63	114.366,66	1.597,70	7.050,90		13,63%	76,11%
1	000	000000	020217	Publicidade	750,30	4.705,65	0,00	4.705,65	4.705,65	750,30	3.955,35	4.705,65	0,00	0,00		15,94%	84,06%

Objetivo (1)	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	Descrição (3)	Forma de realização (5)	FONTE DE FINANCIAMENTO				DATAS		Pagamentos				TOTAL	
				RP (6)	U.E. (7)	EMFR (8)	INICIO (10)	FIM (11)	Realizado em períodos anteriores (13)	Realização Ano 2022 (14)	Períodos seguintes				
											Ano 2023 (15)	Ano 2024 (16)	Ano 2025 (17)		Ano 2026 (18)
L.		Funções Sociais													
1.1		Educação													
1.1.1.		Ensino não Superior													
1.1.1.1		Ensino Profissional													
1.1.1.1.1	43511.02	Aquisição de Equipamento Básico - Computadores	Outra	100%			05/01/2022	31/12/2022			15 916,20	2 760,12			18 676,32
1.1.1.1.2	43542.06	Aquisição de Equipamento Básico - Carteiras Escolares	Outra	100%			29/12/2022	31/12/2022				4 351,74			4 351,74
1.1.1.1.3	43543.13	Aquisição de Equipamento Básico - Monitores	Outra	100%			03/11/2022	31/12/2022			166,01				166,01
1.1.1.1.4	43543.17	Aquisição de Equipamento Básico - Televisores	Outra	100%			07/11/2022	31/12/2022			799,93				799,93
1.1.1.1.5	43551.09	Aquisição de Equipamento Básico - Máquinas e Aparelhos de Cozinha	Outra	100%			01/12/2022	31/12/2022			334,99	77,05			412,04
1.1.1.1.6	43553.01	Aquisição de Equipamento Básico - Aquecedores	Outra	100%			10/02/2022	31/12/2022			908,99				908,99
1.1.1.1.7	43553.03	Aquisição de Equipamento Básico - Climatizadores	Outra	100%			09/12/2022	31/12/2022			1 685,10				1 685,10
1.1.1.1.8	43511.16	Aquisição de Equipamento Administrativo - PC Portáteis	Outra	100%			15/11/2022	31/12/2022			349,90	859,77			1 209,67
Total										0,00	20 161,12	8 048,68	0,00	0,00	28 209,80

Carla Evangelista

Isabel Evangelista

Relatório
de
Governo
Societário

2022

EPF - ENSINO
PROFISSIONAL DE
FELGUEIRAS, EM,
UNIPESSOAL, LDA

Índice

1	INTRODUÇÃO	4
1.1	ENQUADRAMENTO.....	4
1.2	SUMÁRIO EXECUTIVO.....	5
2	CULTURA, VISÃO, MISSÃO, ESTRATÉGIA E POLÍTICAS	6
2.1	MISSÃO:.....	6
2.2	VISÃO:.....	7
2.3	CULTURA:.....	7
2.4	VALORES:.....	7
2.5	ESTRATÉGIA:.....	8
2.6	CERTIFICAÇÃO:.....	8
2.7	DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO.....	8
2.8	OUTRAS FORMAS DE INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL OU PEDAGÓGICA, PREPARATÓRIAS OU COMPLEMENTARES DA ATIVIDADE FORMATIVA OU FACILITADORAS DO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO PROFISSIONAL:.....	11
2.9	SISTEMA DE GARANTIA DA QUALIDADE, ALINHADO COM O QUADRO EQAVET:.....	11
2.10	RELAÇÕES INSTITUCIONAIS:.....	11
3	ESTRUTURA DE CAPITAL	12
3.1	Participações Sociais e Obrigações detidas.....	12
4	ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES	13
4.1	ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO.....	13
4.1.1	Assembleia Geral ¹³	
4.1.2	Gerência ¹⁴	
4.1.3	Fiscal Único ¹⁴	
5	REGULAMENTOS E CÓDIGOS	16
5.1	REGULAMENTO INTERNO.....	16
5.2	CÓDIGO DE ÉTICA E DE CONDUTA:.....	16
6	DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO E SÍTIO NA INTERNET	17
6.1	TRANSPARÊNCIA:.....	17
6.2	PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO:.....	17
6.3	RESPONSABILIDADE SOCIAL:.....	18
6.4	POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS E PROMOÇÃO DA IGUALDADE:.....	18

7	ORGANIZAÇÃO INTERNA	19
7.1	CONTROLO INTERNO E GESTÃO DO RISCO	19
7.2	RISCO DE CRÉDITO	20
7.3	RISCO DE LIQUIDEZ.....	20
8	VIII. REMUNERAÇÕES	20
8.1	COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO	20
8.2	REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO	21
9	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS	22
10	AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO	22
11	OUTRAS INFORMAÇÕES:	23
12	ANEXOS DO RGS	23

1 INTRODUÇÃO

1.1 ENQUADRAMENTO

A empresa municipal, entidade proprietária da escola, EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, EM., Unipessoal, Lda., doravante designada por EPF ou sociedade, pessoa coletiva nº 504575848, com sede na rua dos Bombeiros Voluntários de Felgueiras, nº 104, 4610-165 Felgueiras, de âmbito municipal que tem por objeto social a atividade de:

a) Ensino e formação profissional

A sociedade poderá também, desde que para o efeito esteja habilitada, exercer outras atividades para além daquelas que constituem o seu objeto principal, quando consideradas acessórias ou complementares, nomeadamente atividades ou eventos, quer em parceria, quer de modo próprio, que estejam ligados aos cursos que ministra ou que de maneira direta ou indireta responda às necessidades dos stakeholders.

As empresas locais regem-se pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, constante da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e integram-se no sector público empresarial, cujos princípios e regras aplicáveis constam do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Para efeitos do disposto no diploma, o sector público empresarial abrange o sector empresarial do Estado e o sector empresarial local e nele se fixam normas relativas às estruturas de governo societário, com destaque para o modelo de governo assumido, que deverá assegurar a efetiva separação entre as funções de administração executiva e de fiscalização.

Tem hoje, por isso, fonte legal a definição dos princípios e regras aplicáveis à constituição, organização e governo das empresas públicas, os princípios e regras aplicáveis ao exercício dos poderes inerentes à titularidade de participações sociais ou a quaisquer participações em organizações que integrem o setor público empresarial ou que a ele estejam submetidas nos termos da lei, assim como os princípios e regras aplicáveis à monitorização e ao controlo a que estão submetidas as empresas públicas.

No âmbito da disciplina que se impõe agora a todas as empresas públicas exige-se a prestação de informações tidas por essenciais para a garantia de um conhecimento adequado das práticas de bom governo adotadas independentemente do respetivo modelo societário ou da área de negócio ou campo de atuação.

Paralelamente, o regime jurídico das empresas locais impõe especiais deveres de informação aos órgãos executivos das respetivas entidades públicas participantes, indicados no artigo 42.º da referida Lei 50/2012, a que a empresa dá pleno cumprimento, sendo as relações entre a sociedade e os acionistas regulados por contratos-programa.

1.2 **SUMÁRIO EXECUTIVO**

O Governo da sociedade EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M., Unipessoal, Lda. (daqui em diante abreviadamente designada por “EPF ou “Sociedade”) apresenta, de seguida, ao seu sócio, clientes, fornecedores e demais stakeholders e à sociedade em geral, o Relatório de Governo da Sociedade (“Relatório”). O modelo de Relatório é o que consta do Regulamento do Ministério das Finanças – Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial.

Ao longo do exercício de 2022, a EPF deu continuidade ao processo de adaptação da sua estrutura ao cumprimento do Código de Governo das Sociedades (RJSPE – Práticas de bom governo). O seu modelo de gestão está alinhado com tal Código, pelo que a EPF muito se apraz por cumprir tal nível de observância das recomendações dele constantes.

A EPF continuará a prosseguir a sua estratégia, assente numa gestão rigorosa e transparente, para continuar a ser merecedora da confiança que, até hoje, o seu sócio, demais stakeholders e o público em geral, lhe têm dado e com a qual muito se congratula.

Destacando-se a informação seguinte:

Relatório do Governo Societário

- a. Apresentou o plano de atividades e orçamento para 2022 adequado aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, obtendo a aprovação do mesmo pela Entidade Proprietária. Divulgou informação sobre participações sociais, operações com participações sociais, garantias financeiras e assunção de dívidas ou passivos, execução dos objetivos, documentos de prestação de contas, relatórios semestrais de execução orçamental com relatório do órgão de fiscalização, e remunerações.
- b. Submeteu a informação financeira anual ao Revisor Oficial de Contas, que é responsável pela Certificação Legal das Contas da empresa.
- c. Tem contratualizada a prestação de serviço público ou de interesse geral, com o POCH e outros agentes económicos.
- d. Prosseguiu objetivos de responsabilidade social e ambiental.
- e. Evidenciou a independência de todos os membros do órgão de administração que os mesmos se abstêm de participar nas decisões que envolvam os seus próprios interesses.
- f. Evidenciou que todos os membros do órgão de administração cumpriram a obrigação de declararem as participações patrimoniais e relações suscetíveis de gerar conflitos de interesse ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à IGF.
- g. Apresentou o relatório do órgão de fiscalização em que é aferido constar do relatório anual de práticas de governo societário informação atual e completa sobre todas as matérias tratadas no Capítulo II do RJSPE (boas práticas de governação)

2 CULTURA, VISÃO, MISSÃO, ESTRATÉGIA E POLÍTICAS

2.1 MISSÃO:

A EPF tem como missão formar jovens preparados para enfrentar os desafios de um mundo em constante mudança, proporcionando-lhes as condições necessárias ao desenvolvimento de sólidas competências técnicas e sociais.

2.2 VISÃO:

A EPF tem como visão ser uma escola de ensino profissional de referência na região e no país, reconhecida pela qualidade do seu ensino, pela competência e o desempenho dos profissionais que forma e pelo seu contributo para o desenvolvimento do tecido empresarial e da sociedade.

2.3 CULTURA:

Preparar para o mercado de trabalho, mas também para a vida, continua a ser o propósito fundamental e a missão da Escola Profissional de Felgueiras. Assente numa preocupação e dinâmica de formação Integral da Pessoa Humana e atenta ao mundo à sua volta e aos problemas que esse mundo poderá colocar, a EPF tem uma cultura de exigência em relação ao desempenho de todos os colaboradores e partes interessadas, no rigor no desenvolvimento da sua atividade, no respeito pelas normas inerentes ao sistema de garantia da qualidade, no respeito pelos direitos do homem, na defesa do ambiente e do património natural e construído.

2.4 VALORES:

- Responsabilidade pessoal e profissional;
- Respeito pelo outro;
- Inclusão e valorização da diferença;
- Solidariedade;
- Autonomia;
- Inovação;
- Criatividade;
- Rigor;
- Competência;
- Confiança;
- Qualidade.

2.5 ESTRATÉGIA:

A estratégia da EPF vai no sentido de:

- a)Garantir um plano de comunicação do projeto educativo;
- b)Reforçar iniciativas no sentido de dotar a escola de melhores instalações, equipamentos e materiais didáticos;
- c)Assegurar uma equipa de docentes e não docentes identificados com a missão e visão da escola;
- d)Captar formandos que revelem interesse vocacional para as áreas de formação;
- e)Promover aprendizagens de acordo com os avanços tecnológicos e conhecimentos científicos mais avançados;
- f)Reforçar as relações de parceria com o tecido económico e social ao nível nacional e transnacional;
- g)Intensificar ações para aumentar a taxa de empregabilidade e prosseguimento de estudos.

2.6 CERTIFICAÇÃO:

A Escola Profissional de Felgueiras tem a autorização de funcionamento n.º 38, emitida pelo Ministério da Educação em 31/08/1999, com os aditamentos inerentes ao aumento da oferta formativa.

2.7 DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO

Tendo em conta que a organização da formação implica atuar nos diferentes domínios que estruturam a atividade da Escola, identificam-se e desenvolvem-se os objetivos específicos que lhes estão subjacentes:

- a. Estudo e Diagnóstico de Necessidades de Formação:
 - i. Identificar as características do tecido produtivo do território alvo e as respetivas dinâmicas sociais;
 - ii. Identificar as necessidades de formação face às necessidades do mercado de trabalho;
 - iii. Auscultar os parceiros sociais sobre necessidades de formação.

- b. Planeamento e Organização de Atividades Educativas e Formativas:
- i. Definir a cronologia global de realização das intervenções;
 - ii. Planear intervenções formativas;
 - iii. Fixar os objetivos a atingir em termos qualitativos e quantitativos em interligação com o tecido económico e social;
 - iv. Definir a preparação científica, técnica e pedagógica dos agentes a envolver nas intervenções;
 - v. Estimar os meios necessários, designadamente, equipamentos, recursos humanos e pedagógicos;
 - vi. Identificar os objetivos gerais e específicos de cada intervenção;
 - vii. Definir os programas, os respetivos conteúdos e a duração das intervenções, tendo em atenção a sua adequação ao público-alvo;
 - viii. Assegurar recursos tecnológicos que permitam aprendizagens partilhadas em espaços geograficamente distintos;
 - ix. Assegurar a documentação promocional das intervenções e a sua divulgação, de forma adequada ao público-alvo;
 - x. Proporcionar meios complementares de consulta e pesquisa de informação;
 - xi. Assegurar espaços bem dimensionados, respeitando as regras de higiene, saúde e segurança no desenvolvimento das intervenções;
 - xii. Assegurar as medidas de autoproteção e segurança;
 - xiii. Garantir o cumprimento legal no âmbito da proteção dos dados pessoais (Regulamento Geral de Proteção de Dados – RGPD).
- c. Conceção de Programas, Instrumentos e Suportes Formativos:
- i. Identificar os objetivos gerais e específicos de cada intervenção, atendendo às necessidades das empresas;
 - ii. Definir programas, respetivos conteúdos e duração das intervenções, tendo em atenção a sua adequação ao público-alvo e às necessidades das empresas;
 - iii. Definir as distintas fases de progressão e integração cultural e socioprofissional a superar pelos destinatários da formação;
 - iv. Conceber ou identificar metodologias pedagógicas, instrumentos e conteúdos de formação facilitadores da aprendizagem.
- d. Desenvolvimento e Execução de Atividades Educativas e Formativas:

Relatório do Governo Societário

- i. Assegurar o desenvolvimento/execução das atividades educativas e formativas;
 - ii. Operacionalizar as metodologias pedagógicas, os instrumentos facilitadores da aprendizagem;
 - iii. Assegurar a preparação técnica e pedagógica dos agentes envolvidos, designadamente, docentes, técnicos, coordenadores, diretores;
 - iv. Assegurar a preparação sociocultural dos docentes, quando em presença de segmentos-alvo ou populações com características específicas;
 - v. Assegurar a realização de atividades extracurriculares, de apoio aos formandos;
 - vi. Promover o encaminhamento dos formandos para percursos de qualificação;
 - vii. Assegurar atividades complementares de incentivo ao reconhecimento dos formandos;
 - viii. Assegurar que os conhecimentos, competências e atitudes se traduzam em resultados de aprendizagem.
- e. Acompanhamento e Avaliação de Atividades Formativas:
- i. Analisar a conformidade dos resultados da formação face aos objetivos fixados, nomeadamente ao nível da adesão dos formandos e da aquisição de conhecimentos, competências e atitudes, traduzidos em resultados das aprendizagens;
 - ii. Identificar os impactos mediatos da formação no desempenho dos formandos, na dinâmica das equipas de trabalho, nos resultados e na cultura da organização;
 - iii. Identificar os resultados e os impactos da formação na inserção socioprofissional dos formandos, designadamente aos níveis da evolução das qualificações, da empregabilidade e da integração social.

2.8 OUTRAS FORMAS DE INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL OU PEDAGÓGICA, PREPARATÓRIAS OU COMPLEMENTARES DA ATIVIDADE FORMATIVA OU FACILITADORAS DO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO PROFISSIONAL:

- i. Desenvolver ações/atividades de sensibilização, informação/orientação e/ou preparação dos grupos alvo, enquanto processos facilitadores do despiste de interesses e vocações, da adesão do público-alvo às intervenções formativas e da sua posterior eficácia;
- ii. Desenvolver formas específicas de acompanhamento e apoio (psicossocial e logístico) no decurso e na sequência das intervenções formativas;
- iii. Desenvolver intervenções assentes em metodologias e formas de organização promotoras de integração e readaptação socioprofissional.

2.9 SISTEMA DE GARANTIA DA QUALIDADE, ALINHADO COM O QUADRO EQAVET:

- i. Garantir o cumprimento do Sistema de Garantia da Qualidade - EQAVET;
- ii. Promover a manutenção dos processos do Sistema de Garantia da Qualidade;
- iii. Promover a melhoria continua dos indicadores;
- iv. Assegurar o compromisso e responsabilização de todos os colaboradores com o Sistema de Garantia da Qualidade.

2.10 RELAÇÕES INSTITUCIONAIS:

Assegurar as relações da escola com:

- i. Os organismos do estado;
- ii. Outros operadores de formação nacionais e transnacionais;
- iii. As associações representativas dos setores de atividade a nível nacional e transnacional.

3 ESTRUTURA DE CAPITAL

3.1 Participações Sociais e Obrigações detidas

A EPF, em virtude da influência do sócio que, nos termos do disposto no artigo 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, sobre ela exerce o Município de Felgueiras, é uma empresa local, com carácter municipal.

A estrutura do capital em 2022 ascende a 376.000,00€ repartido da seguinte forma:

Sócios	País de localização da Sede	Participação direta no capital	Participação direta no capital	Participação direitos de voto %
Município de Felgueiras	Felgueiras	100%	376.000,00 €	100%

Em linha com o determinado no n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e do disposto no artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, cabe ao dito Município o exercício da função sócio na empresa que se processa por via de deliberação em assembleia geral, regularmente convocadas.

A AG da sociedade reunirá no dia 10 de março de 2023, de modo a deliberar sobre os seguintes assuntos: Relatório de Gestão, as Contas e o Balanço do exercício de 2022; Proposta de aplicação de resultados.

Reuniu ainda a AG da sociedade no dia 17 de outubro de 2022, tendo deliberado sobre os seguintes assuntos: Definição das Orientações Anuais para a empresa - 2023; Proposta do Plano de Atividades da empresa para 2023; Proposta do Orçamento da empresa para 2023; Proposta de Contrato-Programa para 2023 a celebrar pelo município.

A documentação foi previamente disponibilizada e tornada pública através da disponibilização no site da sociedade.

Ações próprias

A Sociedade não detém quaisquer ações próprias em carteira, por referência a 31 de dezembro de 2022.

4 ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

4.1 ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

ÓRGÃOS

1. Os órgãos sociais da EFF- Ensino Profissional de Felgueiras, E.M., Unipessoal, Lda., são a Assembleia Geral, a Gerência e o Fiscal Único.

2. Sem prejuízo do disposto nos Estatutos da sociedade, a natureza e as competências dos órgãos sociais obedecem ao disposto na Lei Comercial.

4.1.1 Assembleia Geral

A Assembleia Geral é presidida pelo representante do Município de Felgueiras, designado pela Câmara Municipal, que poderá, facultativamente, designar pessoa sócia ou não sócia para servir de secretário.

Compete à Assembleia Geral:

- a. nomear e destituir os membros da Gerência;
- b. apreciar e aprovar em cada ano, os instrumentos de gestão previsional relativos ao ano seguinte, nomeadamente os planos de atividades anuais e plurianuais e o orçamento anual, nos termos da Lei;
- c. apreciar e aprovar em cada ano, o relatório de gestão da Gerência, as contas de exercício, a proposta de aplicação de resultados, o parecer do Fiscal Único e os demais instrumentos de prestação de contas, referentes ao ano anterior nos termos da Lei;
- d. apreciar, em geral, a administração e fiscalização da empresa;
- e. propor, nos termos da Lei, alterações dos presentes estatutos e aumentos do capital social;
- f. autorizar a aquisição, venda e oneração de bens imóveis;
- g. autorizar a contração de empréstimos a médio e longo prazo;
- h. definir as condições e os termos da cobrança de rendas, e de outras receitas próprias geradas pela exploração dos equipamentos e pela restante atividade da EPF, Lda.;
- i. estabelecer o estatuto remuneratório dos membros da Gerência, nos termos do nº2 do artigo 30º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto;
- j. pronunciar-se sobre quaisquer outros assuntos de interesse para a empresa;
- k. exercer, dentro dos respetivos limites, os demais poderes que a Lei confere às assembleias gerais das sociedades por quotas.

Os membros da Assembleia Geral não são remunerados.

Composição da mesa da assembleia geral

Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral

A 31 de Dezembro de 2022, a Mesa da Assembleia Geral era composta pelos seguintes membros:

Presidente: Ana Maria Medeiros Peixoto

Secretária: Isabel Lopes

b) Exercício do direito de voto.

4.1.2 Gerência

A Gerência da sociedade é exercida por um Conselho de Gerência, composto por uma Gerência Singular, cuja estrutura e membros foram definidos e eleitos pela Assembleia Geral.

Os membros da Gerência poderão ser remunerados ou não, conforme o que vier a ser deliberado em Assembleia Geral, nos termos disposto no n.º 3 do artigo 25.º e do artigo 30.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Para representar a sociedade e para a obrigar e vincular em documentos, atos e contratos de qualquer natureza é exigida a assinatura:

– do gerente, neste caso de Gerência Singular.

Os atos previstos nas alíneas c) e d) do n.º 2 do artigo 246º do Código das Sociedades Comerciais só podem ser praticados pela Gerência mediante prévia autorização da Assembleia Geral.

4.1.3 Fiscal Único

A fiscalização da empresa é exercida por um Fiscal Único, que é um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas.

O Fiscal Único é designado pela Assembleia Municipal de Felgueiras, mediante proposta da Câmara Municipal.

O mandato do Fiscal Único é de quatro anos civis, contando-se por completo o ano civil em que foi nomeado e podendo haver nova designação.

Uma vez terminado o seu mandato, o Fiscal Único deverá manter-se em funções até que tome posse o seu substituto.

Compete ao Fiscal Único:

Relatório do Governo Societário

- a. emitir parecer prévio relativamente ao financiamento e à assunção de quaisquer obrigações financeiras;
- b. emitir parecer prévio sobre a necessidade da avaliação plurianual do equilíbrio de exploração da empresa local e, sendo o caso, proceder ao exame previsional previsto no nº5 do artigo 40º da Lei nº50/2012, de 31 de agosto;
- c. emitir parecer prévio sobre a celebração de contratos-programa previstos nos artigos 47º e 50º da Lei nº50/2012, de 31 de agosto;
- d. fiscalizar a ação da Gerência;
- e. verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- f. participar aos órgãos e entidades competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do objeto da empresa;
- g. proceder à verificação dos valores patrimoniais da empresa, bem como dos valores por ela recebidos em garantia, depósito ou a qualquer outro título;
- h. remeter semestralmente à Câmara Municipal de Felgueiras informação sobre a situação económica e financeira da empresa;
- i. pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse para a empresa, a solicitação da Gerência;
- j. emitir parecer prévio sobre os instrumentos de gestão previsional, bem como sobre o relatório da Gerência e contas de exercício;
- k. emitir parecer prévio sobre a contração de empréstimos e a assunção de quaisquer obrigações financeiras;
- l. emitir a certificação legal das contas;
- m. exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas pela lei ou pelos presentes Estatutos.

A Assembleia Municipal de Felgueiras fixa a remuneração do Fiscal Único, tendo em conta as normas legais aplicáveis em matéria de honorários dos revisores oficiais de contas.

O valor relativo aos serviços prestados pela sociedade “Júlio Martins & Alves da Silva, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.” no exercício de



2022, ascendeu a 4.890,80€ (c/iva incluído).

O quadriénio iniciou-se em 2021, este órgão é composto pelo(s) seguinte(s) elemento(s):

- Alberto Manuel Alves da Silva Martins

5 REGULAMENTOS E CÓDIGOS

5.1 REGULAMENTO INTERNO

A Escola Profissional de Felgueiras, criada e em pleno funcionamento desde julho de 1991, é uma instituição de natureza privada, propriedade da sociedade E.P.F. – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M., Unipessoal, Lda., criada em julho de 1999, que tem como sócia única a Câmara Municipal de Felgueiras. Prossegue fins de interesse público e desenvolve as suas atividades culturais, científicas, tecnológicas e pedagógicas de forma autónoma e sem limitações, para além das decorrentes da lei, possuindo autorização de funcionamento para ministrar diferentes modalidades de formação.

Nesta conformidade, e nos termos do preceituado Decreto-Lei n.º 92/2014 de 20 de junho e pelos artigos 49.º, 50.º e 51.º, Decreto-Lei nº 51/2012, de 5 de setembro, do Estatuto do Aluno e Ética Escolar, e demais legislação aplicável, designadamente o Regulamento Geral Proteção de Dados (RGPD) e as Medidas de Autoproteção e Segurança, elaborou e cumpre o seu Regulamento Interno, que depois de analisado e discutido nas instâncias dos alunos, professores e de aprovado pela Direção, rege a Escola Profissional de Felgueiras.

O referido regulamento interno e as regras aí definidas assegurem o cumprimento das metas e objetivos do projeto educativo, a integração social, o pleno desenvolvimento físico, intelectual e cívico dos alunos, a preservação da segurança destes e do património da escola e dos restantes membros da comunidade educativa, assim como a realização profissional e pessoal de todos os colaboradores (pessoal docente e não docente).

5.2 CÓDIGO DE ÉTICA E DE CONDUTA:

Não existe formalmente um Código de Ética e de Conduta, não obstante, o Conselho de Gerência da EPF, considera que tratou com equidade todos os seus

Relatório do Governo Societário

clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa e todas as entidades que estabeleceram alguma relação jurídica com a empresa.

6 DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO E SÍTIO NA INTERNET

A sociedade tem disponível no seu site em www.epfelgueiras.pt, nomeadamente a seguinte informação:

- Composição da estrutura de capital;
- Os relatórios de gestão e execução orçamental;
- Os planos de atividade e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento;
- Orçamento anual;
- Os documentos anuais de prestação de contas.

6.1 TRANSPARÊNCIA:

Além de cumprir todas as obrigações de divulgação, a EPF procura que cada um dos seus relatórios seja mais claro e de fácil compreensão, permitindo à sociedade em geral acompanhar a gestão da empresa. Para além disso, foi divulgando no seu site informações com interesse para o público em geral.

As contas da Sociedade foram apresentadas de acordo com os regulamentos e as boas práticas de contabilidade e refletem de forma mais clara e fiável a atividade da empresa.

As Assembleias Gerais, foram devidamente convocadas nos termos legais e estatutários.

6.2 PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO:

De acordo com a definição do COSO – Enterprise Risk Management Framework: *“A gestão do risco empresarial é um processo, desenvolvido pela administração, a gestão e outros colaboradores de uma entidade, aplicado no estabelecimento da estratégia em toda a empresa, desenhado para identificar eventos potenciais*

Relatório do Governo Societário

que possam afetar a entidade, e gerir o risco dentro da apetência de risco da entidade, para garantir uma segurança razoável na realização dos objetivos”

O Conselho de Gerência tem procurado garantir, por parte da empresa, um desempenho eficiente e rentável da atividade, a disponibilidade de informação financeira e de gestão fiável o mais completa possível e o respeito de todas as leis e regulamentos aplicáveis.

6.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL:

A sociedade pauta a sua atuação por princípios de responsabilidade social.

As principais práticas de responsabilidade social da empresa durante o ano de 2022 foram as seguintes:

- Na área da gestão dos recursos humanos, facilitando a flexibilização dos horários de trabalho de modo a satisfazer as necessidades pessoais dos colaboradores sem prejudicar a operacionalidade da empresa;
- No pagamento atempado aos fornecedores;
- Na participação da equipa técnica na definição da política e estratégia da empresa;
- No cuidado em utilizar uma linguagem escrita e visual que dê igual estatuto e visibilidade às mulheres e aos homens nos documentos produzidos, editados e distribuídos.

6.4 POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS E PROMOÇÃO DA IGUALDADE:

A política de recursos humanos da EPF tem por objetivo promover e garantir a adequação permanente da atividade dos seus colaboradores à prossecução dos objetivos estratégicos da empresa. A valorização e desenvolvimento profissional dos seus trabalhadores tem como objetivo o reforço das suas competências.

Os membros do conselho de gerência procuram sempre ouvir e envolver toda a equipa na gestão estratégica da organização e na definição da política de gestão dos recursos humanos visando o fortalecimento da motivação e estimulando o aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional.

Relatório do Governo Societário

A sociedade promove uma política de conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, e a política de igualdade de tratamento de oportunidades entre os sexos está patente na paridade conseguida na composição dos seus quadros por elementos mistos, de ambos os sexos.

7 ORGANIZAÇÃO INTERNA

7.1 CONTROLO INTERNO E GESTÃO DO RISCO

A gestão de risco, enquanto pedra basilar dos princípios de bom governo da sociedade, é uma área considerada fundamental na EPF, que promove a consciencialização permanente de todos os seus colaboradores, nos diferentes níveis da organização.

A gestão de riscos é, assim, assegurada pela direção da EPF, com base na seguinte metodologia, que inclui várias etapas:

- Numa primeira fase são identificados e priorizados, os riscos internos e externos que podem afetar de forma materialmente relevante a prossecução dos objetivos estratégicos da entidade
- Controlo interno e gestão de riscos, Relatório e Contas 2022, Relatório do Governo Societário.

A empresa encontra-se exposta a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua atividade, dos quais merecem destaque:

- Risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

A gerência/departamento financeiro asseguram a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria e da gestão do risco de contraparte da empresa. Adicionalmente, é responsável pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de gestão/mitigação dos riscos financeiros a que a empresa se encontra exposta.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que a empresa se encontra exposta e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

7.2 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é muito reduzido visto que as receitas advêm quase exclusivamente de Fundos Comunitários e Públicos.

7.3 RISCO DE LIQUIDEZ

Estes riscos podem ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos e o reembolso de dívida.

A gerência/departamento financeiro debate-se frequentemente com dificuldades de equilíbrio de tesouraria, consequência da exclusiva dependência de receitas oriundas dos Fundos Comunitários (FSE/POCH) cujas transferências de verbas, que por vezes sofrem longos e constantes atrasos. Contribuindo também para esta situação as fortes contenções do Orçamento Nacional e dos Fundos Públicos (CPN) que durante o ano de 2022 não foram compensadas por outras fontes de financiamento.

8 REMUNERAÇÕES

8.1 COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

8.1.1 - Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da direção executiva e/ou gerente da sociedade.

Remuneração da Direção Executiva	Assembleia Geral
----------------------------------	------------------

Na sequência da nomeação na Assembleia Geral da Sociedade, foi outorgado o contrato de gestão, nos termos e para os efeitos dos artigos 18.º e 30.º do Estatuto do Gestor Público (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março), ex VI, artigo 30.º, n.º 4, do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto), que define os termos e condições do exercício das funções do Gestor Público, enquanto Gerente da EPF - Ensino Profissional de Felgueiras, E.M., Unipessoal, Lda.

Relatório do Governo Societário

8.1.2 - Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os seus membros de órgão ou comissões societárias e a empresa, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas (vide artigo 51º do RJSPE).

Não aplicável face ao modelo de governação da EPF (gerência singular).

8.1.3 - Qualificações profissionais, conhecimentos e experiência da gerência.

Vera Lúcia Ribeiro Sampaio (gerente)

- Licenciatura **(DESE)** em Gestão Financeira - ISAG;
- Bacharelato em Gestão de Empresas - ISAG;
- Especialização em Contabilidade e Fiscalidade - Instituto Politécnico do Porto/ISCAP;
- Especialização em Inovação e Criatividade: As Tecnologias da Informação e Comunicação - ISCE;
- Profissionalização em Serviço, na componente de Ciências da Educação - Universidade do Minho;
- Formação Complementar em diversas áreas: Gestão, Contabilidade, Recursos Humanos e Informática, entre outras;
- Inscrita na Ordem dos Contabilistas Certificados

Exerceu diferentes funções/cargos ao longo da sua carreira profissional (iniciada em 1988, no Grupo Têxtil Luís Correia), tais como, no Controlo de Gestão e Orçamentos, Contabilista Certificada e responsável pela direção financeira de diversas empresas na área de arquitetura, construção civil, calçado, e componentes para calçado.

Na Escola Profissional de Felgueiras - formadora/docente desde 1993 a 2018, cumulativamente coordenadora de curso, diretora de turma e contabilista certificada de 2004 a 2013.

8.2 REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO

A rubrica de “Gastos com o pessoal – Órgãos de Gestão” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 detalha-se da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Remunerações dos Órgãos Sociais	42.912,94€	41.951,20€

9 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS

As transações com partes relacionadas, quando existem, e quando assumem uma relevância material, cumprem todas as exigências legais, nomeadamente, a obtenção prévia de parecer favorável do órgão de fiscalização da Sociedade. O órgão de fiscalização da Sociedade tem acesso aos termos da potencial operação a realizar, com um nível rigoroso de detalhe, podendo ainda solicitar todos os esclarecimentos e informações adicionais que considere adequados ou necessários. O seu parecer é, naturalmente, vinculativo. Por outro lado, a Sociedade pauta a sua atuação, em todos os domínios e em especial neste, por critérios de rigor e transparência. A Sociedade tem considerado, por isso, que até à data não se revelou necessária a adoção de uma política formal que estabeleça critérios de materialidade na medida em que as potenciais transações que assumem essa materialidade passam por um apertado escrutínio nos termos definidos pela lei.

10 AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

O presente relatório de governo da sociedade apresenta a descrição da estrutura de governo societário vigente na EPF, apresentando ainda as políticas e as práticas cuja adoção, na vigência de tal modelo, se revelam necessárias e adequadas para garantir uma governação alinhada com as melhores práticas nesta matéria. A avaliação apresentada cumpre os deveres de informação exigidos pela Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, assim como pelos artigos 447.º e 448.º do CSC, entre outros.

Este Relatório deve ser lido como parte integrante do Relatório Anual de Gestão e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2022.

A gestão integrada e eficaz é um desígnio do conselho de gerência da EPF que, estimulando a transparência no relacionamento com terceiros e com o mercado, tem pautado o seu desempenho pela busca permanente da criação de valor, na promoção dos legítimos interesses de todas as partes intervenientes da Sociedade e demais Stakeholders.

Relatório do Governo Societário

No final de cada ano são analisados os resultados dos indicadores e compilados esses resultados num relatório de autoavaliação que tem por objetivo auxiliar a definição de objetivos para o ano seguinte.

Caso sejam verificados desvios, é criado, com a participação de todas as partes interessadas, um plano de ações de melhoria, baseado nos resultados dos indicadores. As conclusões decorrentes desse relatório de autoavaliação serão divulgadas no final de cada trimestre e no final de cada ano, de modo a poder recolher sugestões que permitam a melhoria dos resultados obtidos.

O respetivo relatório também estará disponível na escola para consulta das restantes partes interessadas.

11 OUTRAS INFORMAÇÕES

Em linha com o que vem sendo dito, e dá nota que das muitas recomendações constantes do Código de Governo das Sociedades, muitas não lhe são aplicáveis pelas razões supra expostas, e dada a sua natureza jurídica e objeto social.

12 ANEXOS DO RGS

Como anexos ao relatório da empresa deverão ser incluídos pelo menos os seguintes documentos:

1. Ata ou extrato da ata da reunião do órgão de administração em que haja sido deliberada a aprovação do RGS 2022.
2. Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE.
3. Ata da reunião da Assembleia Geral, Deliberação Unânime por Escrito ou Despacho que contemple a aprovação por parte dos titulares da função sócio dos documentos de prestação de contas (aí se incluindo o Relatório e Contas e o RGS) relativos ao exercício de 2022.

Felgueiras, 22 de fevereiro de 2023

A Gerência